



Anais da Assembleia

N.º 18

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 26 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1985

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Maia Filho e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida - César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odênio Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Quíelso Crisóstomo e Wilson Fortes (45), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fiori Luiz, Airton Cordeiro, Antagão Mattos, Leão, Donato Gulin Ervin Bonkoski, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Orlando Pessuti, Sérgio Spada, Tuguio Setogutti e Werner Wanderer (17), achando-se em licença o Sr. Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) — Está em votação as atas que acabam de ser lidas.

Aprovadas.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro a verificação de quorum para aprovação da ata.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) — Informo ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que não foi colocado em votação ainda, e não foi configurado o resultado. E, atendo o pedido do Líder Tadeu Lúcio Machado, para a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

36 Srs. Deputados responderam à chamada. Esta Mesa registra apenas 35, em virtude do Deputado Roberto Requião encontrar-se indevidamente trajado no recinto deste Plenário, e coloco em votação as atas que acabam de ser lidas.

Em votação as atas. — **Aprovadas.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM 63/85.

Curitiba, 22 de março de 1985.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, pelo período de trinta dias, a partir do 6 de abril próximo, dentro do qual estarei em viagem ao Japão, a fim de, a convite do Governo da Província de Hyogo, cumprir a programação anexa, onde serão, também, tratados assuntos de elevado interesse para o Estado do Paraná, momento no que se refere a intercâmbio comercial e tecnológico.

Outrossim, solicito que os gastos de estadia, com tal afastamento, sejam limitados em até US\$ 300 (trezentos dólares) por dia, no câmbio oficial.

Valho-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **JOSÉ RICHÁ**

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

Visita Oficial ao Japão de

Sua Excelência o Senhor

JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado do Paraná

De 10 a 28 de abril de 1985.

Dia 10 abr. — (quarta-feira)

13h00 - Deslocamento para o Aeroporto Afonso Pena

14h00 - Embarque com destino a São Paulo Voo RG 137

14h50 - Chegada ao Aeroporto de Congonhas, SP

- Deslocamento para o Aeroporto Internacional de

Cumbica - Guarulhos - SP.

19h45 - Embarque com destino a Los Angeles - USA

Voo RG 832

Dia 11 abr. — (quinta-feira)

07h10 - Chegada a Los Angeles International Airport

08h50 - Embarque com destino a Tóquio - Japão Voo

RG 832

Dia 12 abr. — (sexta-feira)

13h00 - Chegada ao Aeroporto de Narita - Tóquio

Deslocamento e instalação no
HOTEL NEW OTANI
End. 4-1, Kioicho, Chiyoda-ku
Tóquio 102
Tel. (03) 265-1111

Dias 13 e 14 abr. — (sábado e domingo)

- Livres

Dia 15 abr. — (segunda-feira)

- Audiência com Sua Alteza Imperial o Príncipe Herdeiro do Japão (somente missão oficial)
- Deslocamento
- Audiência com Sua Excelência o Sr. Luiz Paulo Lindenberg Sette Embaixador do Brasil no Japão (somente missão oficial)
- Deslocamento
- Audiência com Sua Excelência o Sr. SHINTARO ABE Ministro das Relações Exteriores (somente missão oficial)
- Visita às instalações das Indústrias SUMIMOTO (participa missão empresarial)

Dia 16 abr. — (terça-feira)

- Visita às instalações da MITSUI
- 14h30 - Audiência com Sua Excelência o Sr. KEISUKE ARITA Presidente da Japan International Cooperation Agency — JICA
- 16h00 - Visita ao KEIDANREN — Confederação das Entidades Econômicas do Japão
- 19h00 - Jantar oferecido pela TOYO SEN-I

Dia 17 abr. — (quarta-feira)

- 10h00 - Visita ao Show Room da SONY
- 12h00 - Almoço oferecido pela SONY
- Tarde - Visita às instalações da MITSUBISHI
- Visita às instalações da NISHO-IWAI

Dia 18 abr. — (quinta-feira)

- 07h19 - Deslocamento em trem-bala para KOBE (obs. chegada em Kobe às 10h52)
- Instalação no Kobe Portopia Hotel
- End. 6-10 Minatojima-Nakamachi, Chuo-ku, Kobe 650
- Tel: (078) 302-1111
- Telex 5622 - 112, KOPTEL J
- Tarde - Audiência com Sua Excelência o Sr. TOKITADA SAKAI Governador da Província de Hyogo (participam missão oficial e empresarial)
- Audiência com Sua Excelência o Sr. FUMIO MORIWAKI Presidente da Assembléia (participam missão oficial e empresarial)
- Reunião na Câmara de Comércio e Indústria de Kobe
- Recepção oferecida pelo Governador Tokitada Sakai
- Pernoite em KOBE

Dia 19 abr. — (sexta-feira)

- Deslocamento em ônibus para AKASHI
- Visita às instalações da Indústria KAWASAKI — Robôs (participam missão oficial e empresarial)
- Deslocamento para HIMEJI
- Audiência com Sua Excelência o Sr. MATSUJI TOTANI Prefeito de Himeji (participam missão oficial e empresarial)
- Visita ao Castelo de Himeji (participam missão oficial e empresarial)
- Deslocamento para KAKOGAWA
- Audiência com Sua Excelência o Sr. KEIJI NAKATA Prefeito de Kakogawa (participam missão oficial e empresarial)
- Reunião na Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa (participam missão oficial e empresarial)
- Deslocamento para KOBE
- Pernoite em KOBE

Dia 20 Abr. — (sábado)

- Deslocamento de ônibus para NISHINOMIYA
- 10h30 - Audiência com Sua Excelência o Sr. YONEJI YAGI Prefeito de Nishinomiya
- Deslocamento para Takarazuka
- Tarde - Teatro TAKARAZUKA
- Pernoite em KOBE

Dia 21 abr. — (domingo)

- Deslocamento de navio para AWAJI
- Visita ao Festival de Gênese Kuniumi
- Pernoite em AWAJI
- Hotel Kaigetsu Kan

Dia 22 abr. — (segunda-feira)

- Deslocamento
- Visitas: Mitsu Iron Works Co. Ltd. — Fábrica de Processamento de Cebolas
- 13h00 - Simpósio Internacional PORTO ASIA em Awaji
- 14h00 - Deslocamento de navio para Kobe
- 16h00 - Chegada em KOBE
- 17h16 - Deslocamento em trem-bala para Nagoya
- 18h43 - Chegada em Nagoya
- Instalação no hotel NAGOYA CASTLE
- End. 3-19, Hinokerchicho, Nishi-ku, Nagoya 451
- Tel. (052) 521-2121
- Telex J59789 CASTLE
- 20h00 - Recepção oferecida pela Nippondenso
- Pernoite em Nagoya

Dia 23 abr. — (terça-feira)

- 09h00 - Visita de cortesia a Sua Excelência o Sr. REIJI SUZUKI Governador da Província de AICHI - Nagoya
- 09h30 - Deslocamento
- 10h30 - Visita à fábrica da Toyota em Toyota
- 12h30 - Deslocamento
- 13h00 - Almoço oferecido pela Toyota
- 14h00 - Deslocamento

- 15h00 - Visita à Fábrica da Nippondenso em Kariya
 17h00 - Deslocamento para Nagoya
 18h00 - Chegada em Nagoya
 19h00 - Recepção oferecida pela Câmara de Comércio de Nagoya
 - Pernoit em Nagoya

Dia 24 abr. — (quarta-feira)

- 06h40 - Deslocamento para a estação de trem-bala em Nagoya
 07h31 - Deslocamento em trem-bala para Tóquio
 09h32 - Chegada em Tóquio
 - Instalação no Hotel New Otani
 - Deslocamento para Tsukuba
 - Pernoite em TÓQUIO

Dia 25 abr. — (quinta-feira)

- Deslocamento de ônibus para TSUKUBA
 - Visita à Exposição Internacional de TSUKUBA
 (obs. participam missão oficial e empresarial)

Dia 26 abr. — (sexta-feira)

- Deslocamento para o Aeroporto de Narita
 19h00 - Embarque com destino a SÃO PAULO
 Vão RG 831

Dia 27 abr. — (sábado)

- 08h45 - Chegada ao Aeroporto Internacional de Cumbica Guarulhos - SP
 - Deslocamento
 - Pernoite em São Paulo

Dia 28 abr. — (domingo)

- Deslocamento para o Aeroporto de Congonhas - SP
 08h34 - Embarque com destino a CURITIBA - Vão SC 150
 09h25 - Chegada ao Aeroporto Afonso Pena

MENSAGEM 64/85

Curitiba, 22 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que autoriza abertura de crédito especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de Cr\$ 501.000.000 e Cr\$... 11.000.000, respectivamente.

O crédito especial proposto tem por finalidade a abertura do elemento 4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis, no orçamento da Secretaria de Estado da Administração e do subelemento 3.2.5.3 - Salário Família, no orçamento da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, e terá como cobertura, recursos provenientes de cancelamentos parciais de dotações dos próprios Órgãos.

Contando com a especial atenção desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 22/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, para abertura do elemento de despesa 4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis e ao orçamento da Secretaria

Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, para abertura do subelemento 3.2.5.3 - Salário Família, de Cr\$... 501.000.000 (quinhentos e um milhões de cruzeiros) e Cr\$... 11.000.000 (onze milhões de cruzeiros), respectivamente.

Art. 2.º — Servirão como cobertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, recursos oriundos do que preconiza o item III, do art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 65/85

Curitiba, 22 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva adotar providências legais no sentido de que o Conselho Paranaense de Turismo passe, com nova composição e melhor definição de competência, a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Visa, ainda, a criação do Conselho de Administração da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, bem como alterar os dispositivos que especifica, da Lei n.º 5948, de 27 de maio de 1969.

O plano de lei ora submetido a exame desta Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá dotar o Conselho Paranaense de Turismo de uma composição mais ampla e, por isso, com representatividade bem mais abrangente, pois dele farão parte os órgãos e entidades cujas atividades direta ou indiretamente guardem relação com a indústria do turismo. Não há dúvida de que o referido Conselho, com a pequena estrutura que lhe foi atribuída pela Lei n.º 5948/69 e com a competência que dela recebeu, está a merecer reformulação, a fim de adequá-lo à realidade presente, principalmente no sentido de permitir à Empresa Paranaense de estrutura organizacional do Estado do Paraná. A competência reestruturada do Conselho Paranaense de Turismo e sua integração na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, dar-lhe-ão o verdadeiro significado de órgão formulador das diretrizes básicas de toda a política estadual de turismo.

Por outro lado, com a reformulação ora proposta, ficará, também, melhor definida a competência dos órgãos da estrutura da PARANATUR, ensejando condições a fim de que aquela Entidade passe efetivamente executar a política de turismo traçada pelo CEPATUR. Assim, e face às demais disposições propostas, a PARANATUR será administrada por sua Diretoria e pelos Conselhos de Administração e Fiscal, estes com a composição e competência previstas na Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 25/85

Art. 1.º — O Conselho Paranaense de Turismo, órgão responsável pela formulação, coordenação e direção da Política Estadual de Turismo, criado pela Lei n.º 5.948, de 27 de maio

de 1969, passa a integrar o nível de direção superior na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Art. 2.º — O Conselho Paranaense de Turismo - CEPATUR constitui-se pelos seguintes membros:

- I - o Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, na qualidade de Presidente;
- II - o Secretário de Estado da Indústria e do Comércio;
- III - o Secretário de Estado dos Transportes;
- IV - o Secretário de Estado da Agricultura;
- V - o Diretor-Presidente da Empresa Paranaense de Turismo;
- VI - 01 (um representante das Federações do Comércio e do Comércio Varejista do Paraná;
- VII - 01 (um) representante da Associação Brasileira de Agentes de Viagem;
- VIII - 01 (um representante do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do Paraná;
- XI - 01 (um) representante da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira;
- X - 01 (um) representante do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Estado do Paraná;
- XI - 01 (um representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado do Paraná;
- XII - 01 (um) representante do Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Curitiba.

§ 1.º — Em suas ausências e impedimentos, o Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, na qualidade de Presidente do Conselho, será substituído pelo Diretor-Presidente da Empresa Paranaense de Turismo.

§ 2.º — Os representantes da iniciativa privada terão um mandato de 02 (dois) anos e serão escolhidos e designados pelo Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, entre nomes constantes de listas tríplices apresentadas pelas entidades representadas no Conselho, devendo ser escolhidos no mesmo ato, os respectivos suplentes.

Art. 3.º — Compete ao Conselho Paranaense de Turismo:

- I - formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na Política Estadual de Turismo, sempre em consonância com o determinado pelos órgãos nacionais de turismo;
- II - participar de entidades nacionais de turismo;
- III - baixar resoluções, atos ou instruções que forem necessárias ao pleno exercício de suas funções;
- IV - adotar procedimentos com a finalidade de facilitar e estimular as atividades de turismo, baixando as normas necessárias;
- V - opinar na esfera do Poder Executivo, quando consultado, sobre anteprojeto e projetos de lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- VI - elaborar e rever, sempre que necessário, seu

Regimento Interno.

Art. 4.º — O desempenho das funções de Conselheiro é considerado de natureza relevante, e terá prioridade sobre as funções que eventualmente os designados exerçam no serviço público estadual.

§ 1.º — Será considerado extinto o mandato de Conselheiro que faltar a 02 (duas) reuniões consecutivas sem justificativa.

§ 2.º — Ao plenário caberá autorizar, por razões relevantes, o afastamento temporário do Conselheiro, assumindo em seu lugar um suplente.

Art. 5.º — O Conselho Paranaense de Turismo deverá formar câmaras e comissões, com a finalidade de apreciar assuntos específicos.

Art. 6.º — As reuniões do Conselho Paranaense de Turismo serão realizadas uma vez por mês, em caráter ordinário, e extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, contando sempre com a presença da maioria de seus membros.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão aprovadas por voto da maioria dos presentes, cabendo ao Presidente além do voto singular, o de qualidade.

§ 2.º — As matérias em pauta deverão ser preliminarmente submetidas à apreciação de câmaras ou comissões que funcionarão com um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 7.º — As decisões do Conselho Paranaense de Turismo, ainda que normativas, poderão ser vetadas pelo seu Presidente, sempre que, a seu critério, sejam contrárias às normas da Política Nacional ou Estadual de Turismo.

Art. 8.º — A Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte prestará ao Conselho Paranaense de Turismo o necessário suporte administrativo para a execução de seus trabalhos.

Art. 9.º — Fica criado o Conselho de Administração na estrutura organizacional básica da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, que passará a ser a seguinte:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal.

Parágrafo Único — A Diretoria Executiva da PARANATUR compõe-se de 01 (um) Diretor-Presidente; 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e 01 (um) Diretor Técnico.

Art. 10 — O Conselho de Administração da PARANATUR será composto por 04 (quatro) membros, a saber:

I - o Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, como Presidente;

II - o Diretor-Presidente da PARANATUR, como Secretário;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado das Finanças.

§ 1.º — São membros natos, os constantes dos incisos I e II deste artigo.

§ 2.º — Os membros a que se referem os incisos III e IV serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante

indicação do Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, para um mandato não remunerado de 03 (três) anos, permitida a recondução.

§ 3º – Os demais Diretores da PARANATUR, com exceção de seu Diretor-Presidente, participarão das reuniões do Conselho de Administração com direito a voz e sem direito a voto.

§ 4º – O Conselho de Administração reunir-se-á com o mínimo de 03 (três) membros e deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto singular, o de qualidade.

Art. 11 – Ao Conselho de Administração, que reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente por convocação de qualquer de seus membros, compete:

I - desenvolver as atividades estabelecidas pelos arts. 96 e 97, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974;

II - cumprir as disposições estabelecidas pelo Estatuto da PARANATUR.

Art. 12 – O Conselho Fiscal da PARANATUR, de que trata o art. 14, da Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, será composto por 03 (três) membros e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, escolhidos dentre cidadãos de reconhecida capacidade técnica.

Art. 13 – Os arts. 13 e 15, da Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 – A remuneração dos Diretores da PARANATUR será fixada pelo Governador do Estado de conformidade com a legislação específica.”

“Art. 15 – As disposições concernentes às atribuições da Diretoria Executiva, dos Conselhos Fiscal e de Administração e dos demais órgãos integrantes da Empresa de Turismo – PARANATUR, serão definidas no respectivo Estatuto.

Parágrafo Único – O Estatuto da PARANATUR será aprovado pelo Conselho de Administração e referendado pelo Governador do Estado.”

Art. 14 – A expressão “Conselho Paranaense de Turismo” fica substituída pela expressão “Conselho de Administração” no § 2º, do art. 10, alínea “g”, do Art. 11, parágrafo único do Art. 17, alínea “c” e parágrafo único do Art. 18, Art. 20 e, § 2º do Art. 23, todos da Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969.

Art. 15 – A expressão “Conselho” fica substituída pela expressão “Conselho de Administração” nas alíneas “b”, “c” e “h” do Art. 11 e no Art. 19, da Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969.

Art. 16 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando as disposições em contrário.

– A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 66/85

Curitiba, 22 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 44/83, celebrado em 30 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

– A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 67/85

Curitiba, 22 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnico-Financeira celebrado em 17 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, objetivando a realização de pesquisa sobre o turismo emissor e receptivo no Aeroporto Internacional das Cataratas, em Foz do Iguaçu e nos postos alfandegários dos Portos Presidente Stroessner e Meira, no ano de 1984.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

– A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 68/85

Curitiba, 22 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do terceiro Termo Aditivo e de re-Ratificação datado de 30 de dezembro de 1983 aos Convênios de Cooperação Técnica e de Operacionalização, celebrados em 5 de junho de 1979 e em 3 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR, com a interveniência da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando, através de atividades, projetos e serviços, implementar o turismo nacional.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 69/85

Curitiba, 22 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 18 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR e o Município de Curitiba, através da URBS — Urbanização de Curitiba S.A., objetivando implantar na Estação Rodoferroviária de Curitiba um Posto de Informações Turísticas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 70/85

Curitiba, 22 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 001/84, celebrado em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Abatiá, objetivando a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 71/85

Curitiba, 22 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,

para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras medindo aproximadamente 14.172,00 m² (quatorze mil, cento e setenta e dois metros quadrados), situada no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no referido Município, havida pelo Estado do Paraná, conforme Transcrição n.º 8.313, às fls. 53, do Livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças.

O imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do Plano de Lei ora submetido a essa Assembléia Legislativa, deverá, conforme disposições expressamente contidas, ser destinado, pela Prefeitura, na implantação de um Centro Turístico, não podendo ser cedido ou transferido a terceiros, nem utilizado para outros fins, revertendo ao patrimônio do Estado, na hipótese de descumprimento de tais disposições.

Certo de que a proposição, que consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul uma área de terras medindo aproximadamente 14.172,00 m², situada no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da transcrição n.º 8.313, às fls. 53, do Livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças.

Art. 2.º — O imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado na implantação de um Centro Turístico, não podendo ser transferido ou cedido a terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL N.º 64/85

Art. 1.º — O Art. 22 da Constituição Estadual passa a vigorar com o seguinte inciso XVI:

"Art. 22.

XVI apreciar as contas do Tribunal de Contas".

Art. 2.º — O Art. 41 da Constituição Estadual, passa a vigorar com o seguinte § 12:

"Art. 41.

§ 12- As contas do Tribunal de Contas serão submetidas anualmente, à apreciação da Assembléia Legislativa".

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento: Amélia Hruschka, Sabino Campos, Caíto Quintana, Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Adhail Sprenger Passos, Irondi Pugliesi, Erondy Silvério, Edmar Luiz Costa, Nelson Buffara, Tadeu Lúcio Machado, Eduardo Baggio, Mário Pereira, Homero Oguido, Ivan Gubert, Luiz Alberto Oliveira, Hermas Brandão, Tadeu França, Acir Mezzadri, Trajano Bastos, Jorge Maia Filho, Augusto Carneiro, Osvaldo Alencar Furtado, Artagão Mattoss Leão, Anibal Khury, Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

É das mais legítimas a competência conferida pela Constituição Estadual para apreciar as contas do Tribunal de Contas.

Cabe ao Poder Legislativo o controle externo em matéria de fiscalização financeira e orçamentária dos três Poderes, abrangendo não só a administração direta, mas, também a administração indireta, sem prejuízo do controle interno no âmbito de cada Poder. Inteligência do art. 70 e seu § 1.º da Constituição da República, que assim estabelece.

Não obstante o relevante papel do Tribunal de Contas no controle financeiro e orçamentário, como órgão eminentemente técnico, nada impede que o Poder Legislativo, exercitando o controle externo aprecie as contas daquele que, no particular, situa-se como órgão auxiliar.

Inexiste no sistema constitucional brasileiro norma que revele vedação do controle externo das Contas dos Tribunais de Contas.

Essas são algumas das razões para que a nossa constituição passe a vigorar com as modificações que ora propomos à consideração dos nobres Pares.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com o presente, a Bancada do Partido da Frente Liberal, composta dos Deputados que este subscrevem, tem a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, em reunião ontem realizada, indicou para Líder da Bancada o Senhor Deputado Gilberto Rezende de Carvalho e para Vice-Líderes os Senhores Deputados: Jorge Amin Maia e Ivan Gubert.

Na expectativa da atenção de Vossa Excelência, antecipam os agradecimentos.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(aa) GILBERTO CARVALHO, IVAN GUBERT, BASÍLIO ZANUSSO, WERNER WANDERER, PÉRICLES PACHECO, JORGE MAIA FILHO,

AUGUSTO CARNEIRO e FRANCISCO ESCORSIN.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 265/85, de sua autoria, que declara como Utilidade Pública, Lar Bom Caminho.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 22/85, oriundo de Mensagem Governamental n.º 64/85, que visa alterar, por meio de abertura de crédito especial, os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Bellinetti, ocorrido em Londrina.

O extinto era antigo morador daquela cidade, figura humana que desfrutava de grande respeito e admiração junto aos familiares e amigos que tiveram o privilégio de sua convivência.

Seu desaparecimento foi uma perda muito grande para todos.

Era pai do Juiz de Direito Luiz Carlos Bellinetti, magistrado que goza de grande conceito e credibilidade no Paraná.

Solicito que a decisão desta Casa seja comunicada ao seu filho, no forum de Londrina.

Nala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Anacleto Luiz Brunetta, acontecido recentemente na Municipalidade de Mamborê.

No dia sete do mês de maio, o Senhor Anacleto Luiz Brunetta iria completar 85 anos de idade, dos quais, grande parte, até então, dedicada às atividades relacionadas diretamente com a agricultura e ao desenvolvimento de Mamborê, que perde um de seus mais antigos pioneiros.

Seu desaparecimento deixou a população mamboreense muito transtornada, especialmente aqueles que o conheciam, e que puderam vivenciar o trabalho que sempre soube, o Senhor Anacleto, desenvolver. Foi um homem que, durante toda a sua vida, pautou-se sempre pela honestidade de princípios, muito identificada pelo comportamento religioso.

Não poderia deixar de solicitar a transcrição, nos Anais deste Poder Legislativo, a importância que sempre teve o Senhor Anacleto, e que por certo continuará tendo, pois suas grandiosas lições de vida ficarão sempre na memória daqueles que o conheceram e que aprenderam a admirá-lo.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Nivando Antônio Simionato, ocorrido recentemente na Municipalidade de Peabiru.

A história do desenvolvimento do Município de Peabiru é rica em muitos fatos, em muitos feitos. O processo desenvolvimentista como um todo, na verdade se deu graças ao espírito de seus primeiros moradores. Estes, chegavam naquela região atraídos pelo alto teor fértil do solo, donde passaram a cultivar diversas plantas para seu sustento ou para o comércio que começava a se formar.

Na verdade, também, a vida de Peabiru, em todas as suas muitas fases, se confunde com a própria ação de seus personagens, sendo que em qualquer narrativa que se faça, as lembranças são muitas, cheias de dificuldades, mas também de muita luta e persistência de glórias e realizações concretas.

Como já se disse, simplesmente é impossível fazer uma análise histórica separadamente quanto ao desenvolvimento sem mencionar as pessoas que dela participaram, especialmente nos períodos iniciais de desbravamento.

E uma destas pessoas que muitíssimo simboliza o próprio crescimento de Peabiru é, sem dúvida alguma, o Senhor Nivando Antônio Simionato, nascido no Estado de São Paulo, na cidade de Santa Rosa, no dia 04 de junho do ano de 1918 e que há muitos anos atrás se instalou naquela rica região.

A princípio, sua pretensão era somente de trabalhar com a terra e dela poder extrair muitas riquezas. No entanto, o Senhor Nivaldo foi tomando muito gosto pela cidade e dela, como ele próprio costumava frequentemente afirmar, não queria mais sair. Também em muito pouco tempo, aquele Senhor foi ganhando muito respeito junto à população, pois era um homem muito disposto para o trabalho, disposto para ajudar os que dele necessitassem, transmitindo sempre uma palavra de fé e de estímulo.

Se fazia presente em todas as ocasiões em que as iniciativas que tivessem como objetivos o desenvolvimento de Peabiru e região, através do bem-estar social de sua gente.

Com tais qualidades como homem íntegro, Nivando Antônio Simionato, por insistência de grande parte de sua população, resolveu ingressar na política, para dela fazer um verdadeiro instrumento na defesa dos reais interesses de uma região. Neste sentido, em 1956, foi eleito Vereador, mandato que cumpriu até 1964, face à sua reeleição. Nesta mesma época, o Senhor Nivando demonstrou que tinha grande vocação para a política, especialmente quando esta se referia a princípios éticos e da moral. Em 1977 até 1982 ocupou a condição de Vice-Prefeito, onde sempre foi um elemento de fundamental importância para a realização de uma boa Administração Municipal.

Dentro também das atribuições públicas, foi, de 15 de junho de 1962 até 1983, quando se aposentou, funcionário do Ministério do Trabalho, onde se notabilizou pelos seus brilhantes conhecimentos, cujo talento permitiu a solução de muitos problemas relacionados direta e indiretamente com o seu setor.

Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar de relatar, através deste resumo, um pouco da história deste homem probo, trabalhador e cristão, que foi o Senhor Nivando Antônio Simionato, que faleceu recentemente, deixando enlutada sua esposa, Senhora Francisca Caldeira Simionato de cuja união, feliz e sólida, nasceram os seguintes filhos: Ademir, José Carlos, Renato, João Carlos e Francisco, deixando também, grande número de amigos e parentes.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, interpartidária, destinada a promover estudos sobre a reforma administrativa do Tribunal de Contas do Estado e a viabilidade e oportunidade da criação de um Conselho de Contas Municipais.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamento:

Acir Mezzadri, Tadeu Lúcio Machado, Amélia Hruschka, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Sabino Campos, Tadeu França, Caíto Quintana, Irondi Pugliesi, Nelson Vasconcellos, Homero Oguido, Adhail Sprenger Passos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pelo surgimento do "Jornal da Juventude", órgão de divulgação do Setor

Jovem do PMDB paranaense, com conseqüente encaminhamento ao seu Presidente, Jovem Caio Perondi.

O Setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro deste Estado, sem dúvida alguma, tem dado expressiva como imprescindível contribuição para o processo de democratização da sociedade brasileira, face ao novo momento político vivenciado por todos os segmentos, ante a eleição de um Presidente Civil, iniciando um novo ciclo, o da abertura, pondo fim aos 21 anos de autoritarismo militar.

É inegável, portanto, que a conjuntura atual, só foi possível torná-la real graças a organização de vários setores de nossa sociedade, que, de inúmeras formas, uniu-se para manifestar sua total insatisfação ante ao regime antipopular e entreguista que tanto infelicitou a Nação.

Mas, para tanto, esta nova fase nos destinos do País, exigiu de todos os democratas e patriotas, muito sacrifício, renúncia e muita luta.

E a juventude, mesmo diante da repressão da qual também foi vítima, de forma firme e coesa, deu demonstrações como continua dando, de maturidade política e consciência crítica, contribuiu brilhantemente para tal processo da chamada "Nova República".

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, seguramente aglutina valorosas lideranças, que, no vigor de sua juventude, estimulado pelo debate, tem proporcionado a perspectiva concreta de se criar novas e verdadeiras lideranças que tanto o Brasil carece.

Finalizando, peço que se faça constar nos Anais deste Poder Legislativo, a íntegra do Editorial do "Jornal da Juventude", que leva o título de projeto democrático, cuja análise é extremamente clara quando se refere a real necessidade de se partir para um período de verdadeira reconstrução nacional e o próprio papel da juventude como um todo.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações à Associação Microrregional da Família Forense pela eleição de sua Diretoria, sediada na Municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento a Ilustríssima Senhora Yonne Holzmann Bastos, Presidente.

A Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, fundada em 08 de dezembro de 1949, surgiu exatamente da real necessidade dos integrantes de tal classe se organizarem e, efetivamente, de forma coesa, dar respaldo às suas reivindicações.

Nos dias de hoje, aquela conceituada Entidade tem tido uma preocupação no sentido de dinamizar a sua atuação, objetivando atingir uma maior parcela de pessoas, criando em cada uma delas uma consciência quanto a importância de haver uma verdadeira união.

Justamente dentro do espírito de garantir um elo de ligação com a Associação dos Serventuários da Justiça deste Estado, sua Diretoria, que aliás é presidida brilhantemente pelo Ilustríssimo Senhor Joaquim Viana Pereira Filho, tem como proposta a criação de associações microrregionais, que inclusive já está em funcionamento uma delas na cidade de Londrina e outra, a de Campo Mourão que será empossada no próximo dia trinta do corrente mês naquela cidade, sendo, portanto, também pioneira, cujos diretores são os seguintes:

- Presidente: Yonne Holzmann Bastos;
- Vice-Presidente: Luís Carlos Renzett;
- Primeiro Secretário: Amilton Leite dos Santos;
- Segundo Secretário: Ilkeas Olive Eller Rocha;
- Tesoureiro: Gideon Oberd Kumpze;
- Orador: Pedro Carlos Palma.

Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar de encaminhar o presente requerimento de congratulações à Associação Microrregional da Família Forense, para, ao mesmo tempo, desejar que realize com pleno êxito todas as suas metas, reafirmar o verdadeiro propósito da confiança que neste momento e em todos os outros, depositamos.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador CLEMENTINO SCHIAVON PUPPI, Digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando sua autorização para a realização de plebiscito, na área descrita, do Município de Guaraniaçu, conforme Resolução n.º 09/82, de 1.º de setembro de 1982, publicada no Diário Oficial do dia 09 de setembro de 1982, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. ROBERTO GUSMÃO, reivindicando para que seja instalado em Londrina, um "PORTO SECO" e dada autorização à CACEX para a emissão de GUIA DE EXPORTAÇÃO DO CAFÉ.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO:

a) que a Associação Comercial de Londrina, interpretando o anseio de toda comunidade paranaense,

embora a reivindicação do empresariado local seja bem antiga, talvez anterior a dos varginenses, vez que Londrina nasceu sob a égide do café e, por isso, sempre foi conhecida como a Capital Mundial do Café, título a ela conferido por todos os visitantes;

b) – que Londrina, com toda a sua pujança de Capital do Norte do Estado, segunda maior cidade do Paraná e seu principal centro político, terceira cidade do Sul do País;

c) – que, o município dispõe de Agência Regional do IBC, Centro do Comércio do Café, cooperativas poderosas (como VALCOOP, COTIA, COCAP, SUL BRASIL, etc.) e que conta com empresas do porte de uma Cia. Cacique do Café Solúvel, Cia. Iguaçu de Café de Cornélio Procópio, Marcelino Martins, entre outras, constituindo no pólo absoluto de comercialização de café no Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado do Interior, visando providências que levam à instalação de sistema de abastecimento de água no bairro Porto Belo, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) TÊRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Em termos populacionais, Foz do Iguaçu é um centro urbano que já ultrapassou os 100 mil habitantes, colocando-se, por esse dado, como por sua força econômica e por uma situação geográfica privilegiada que a destaca como um dos mais importantes pólos turísticos nacionais, além de identificar-se como centro de um círculo, cujos limites vão do Atlântico ao Pacífico, abrangendo vários países, num elemento aglutinador das populações que buscam nas cidades o abrigo para as agruras do campo e ainda como grande centralizadora de mão-de-obra em função da construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Nesse contexto, muitos bairros têm se desenvolvido populacionalmente de forma rápida, não possibilitando que as obras de infra-estrutura de saneamento acompanhem essa evolução de ocupação dos espaços, gerando sérios problemas sociais na área do atendimento social, mas, principalmente, no setor da saúde pública, onde a incidência de endemias torna-se fator preocupante à sociedade.

No caso do bairro Porto Belo, em Foz do Iguaçu, a situação é mais dramática em razão de tratar-se de subaglomeração urbana localizada entre o centro da cidade e o complexo de obras da Hidrelétrica de Itaipu, contando com mais de 300 residências, aproximadamente, totalizando 2.000 pessoas sem abastecimento de água potável. O esforço desenvolvido pelos seus moradores

na abertura manual de poços de água, esbarram nas dificuldades que a conformação geológica local lhes impõe, de vez que a poucos metros de profundidade já existe uma sólida disposição rochosa que impede o seu avanço ao fundo, sem conseguir obter-se água. Nos raros casos em que esse objetivo é atingido, as suas quantidades e durabilidade são tão irrisórias que inviabilizam qualquer exploração desse gênero.

Dado pois o grau de desenvolvimento sócio-econômico de Foz do Iguaçu, é extremamente importante o esforço de diminuir as desigualdades urbanas, neste caso promovendo a instalação de sistema de abastecimento de água pela SANEPAR no bairro Porto Belo, considerando-se otimistas as perspectivas em termos de retorno do investimento, particularmente levando-se em conta o atual elevado grau de desenvolvimento do bairro, podendo-se projetar com segurança uma melhoria ainda mais significativa no oferecimento de serviços e na evolução social dos seus habitantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam liberados recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de sede própria para a CIRETRAN da Municipalidade de Sertãoópolis.

Torna-se indispensável a participação dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública na construção da sede própria para a Circunscrição Regional de Trânsito, garantindo a liberação de recursos para a citada finalidade.

A iniciativa de sua construção é do Excelentíssimo Senhor José Aparecido Rafaeli, Chefe do Executivo de Sertãoópolis, que relata a situação, afirmando que a edificação de um local para abrigar a CIRETRAN, quando pronta, permitirá que os trabalhos relativos ao trânsito sejam desenvolvidos de forma mais ágil e eficiente, ampliando inclusive, as suas atribuições.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que essa Pasta considere a presente reivindicação, cujo interesse é sem dúvida inquestionável, dando o necessário e indispensável apoio.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA – Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Taquarimbé,

pertencente a Municipalidade de Araruna.

Taquarimbé concentra grande número de pessoas que lá residem e, em sua região, desenvolvem sua maior atividade econômica, que é a agricultura, cujo setor contribui significativamente para o processo desenvolvimentista de Araruna.

Naquela mesma localidade, em face do expressivo número de moradores, estes estão a reivindicar a perfuração de um poço artesiano, assim como a implantação de uma rede de distribuição. O problema é bastante antigo, conforme informa o Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, Prefeito daquela cidade, que afirma também ser de fundamental importância dotar Taquirimbé de uma rede à altura de seu próprio porte, pondo fim a uma série de transtornos atualmente verificados, tendo em vista a dificuldade para se obter água.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, espera-se dessa Sessão e Secretaria de Estado do Interior o necessário encaminhamento do que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte, no sentido da liberação de recursos orçamentários para a construção de um campo de futebol para a localidade de Paranaguá, pertencente a Municipalidade de Boa Esperança.

Paranaguá é, sem dúvida alguma, uma importante localidade que concentra expressivo número de pessoas que, a exemplo de todo o Município de Boa Esperança, sua sustentação sócio-econômica se dá graças às atividades relacionadas com a agricultura e pecuária. Sua população também se constitui de um grande número de pessoas bastante jovens, que não dispõe, atualmente, de qualquer tipo de lazer ou recreação.

Neste sentido, o Excelentíssimo Senhor Guido Pensoni, integrante do Poder Legislativo de Boa Esperança, como profundo conhecedor da realidade de Paranaguá, no seu entender, no que concordam os demais Vereadores, torna-se indispensável dotar aquela localidade de um local capaz de poder reunir toda a juventude, em torno de sua grande paixão, que é o esporte.

Portanto, somente com a construção de um campo de futebol é que se poderá por fim a falta de um local para a prática do desporto, concretizando um antigo sonho de seus moradores; sendo que para tanto, a participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte é importante, assegurando a liberação de recursos de ordem financeira.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do I.P.E., MAX ROSEMMANN, através da Secretaria de Estado da Administração, solicitando a instalação da Agência do Instituto no Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido da instalação do curso de 2.º grau na Escola Rui Barbosa, localizada no Distrito de Iguatemi, Município de Maringá.

A medida visa atender à crescente demanda de alunos que, após concluir o 1.º grau, desejam prosseguir nos estudos e terão melhores condições de fazê-lo com uma escola localizada no próprio distrito. Por outro lado, o atendimento desta sentida reivindicação dos jovens daquela comunidade vem de encontro à política para a educação que está sendo desenvolvida pelo Governo José Richá.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao nobre Vereador Orildes Angeli, da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA
REQUERIMENTO

SÚMULA: EMOPAR - Empresa Paranaense de Obras Públicas, Secretaria de Estado da Administração. DIRETOR SUPERINTENDENTE: CÂNDIDO PACHECO BASTOS.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à EMOPAR - Empresa Paranaense de Obras Públicas, solicitando o seguinte:

a) - Quantas e quais as obras contratadas pela EMOPAR durante o período de 1984 e 1985.

b) - Determinar obra por obra e sua metragem quadrada.

c) - Valor em (CR\$) por obra contratada.

d) - Que, a cidade de Londrina, ainda, hospeda as principais empresas exportadoras do País.

e) - Que o Superintendente do Porto de Paranaguá, Doutor OLIVIO ZANELLA, manifestou interesse e demonstrou ser viável a instalação de um "PORTO SECO" na cidade de Londrina, proposta apoiada pelo Agente local do IBC, Doutor Luiz Carlos Swarça.

f) - Que a CACEX do Banco do Brasil igualmente confirma seu preço pela proposta, lembrando que conta com pessoal altamente qualificado e com plenas condições de prestar aos exportadores de café,

os serviços relativos às emissões de GUIAS DE EXPORTAÇÕES para o produto e as respectivas contratações de câmbio.

g) - Que foi contemplado de um "PORTO SECO" no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, e que conseguiu também autorização para que a CACEX local emitir GUIAS DE EXPORTAÇÃO.

Diante do exposto, é que toda a comunidade paranaense apela ao espírito público do Senhor Ministro, que Londrina conquistou o seu "PORTO SECO" e a consequente autorização do IBC para a emissão da "DECLARAÇÃO DE VENDA", documento necessário para que a CACEX local possa emitir as "GUIAS DE EXPORTAÇÕES".

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor CLAUD GERMER, M.D., Secretário de Estado da Agricultura, para que determine estudos junto à Cafe do Paraná, a fim de que seja instalado um Posto desse mesmo órgão na cidade de Colorado.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

É Colorado, um grande centro polarizador da agricultura no Norte do Paraná, onde é cultivado principalmente lavouras brancas, como café, feijão, soja, etc...

A instalação de um Posto da Cafe do Paraná junto à cidade de Colorado, auxiliaria muito a agricultura de toda a região, que compreende: Cafeara; Lupionópolis; Santo Inácio; Santa Inês; Paranacity, entre outras.

A presente solicitação está sendo feita pelo Prefeito de Colorado e por pequenos e médios proprietários de terras da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de um Posto Bancário do Banco do Estado do Paraná, no Município de Marumbi.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório do PMDB.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através

do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo maior atenção e apoio no combate à poluição ambiental existente na região que compreende a Municipalidade de Ubatã.

O presente requerimento se faz necessário a sua apresentação tendo em vista correspondência enviada pelo Excelentíssimo Senhor Raimundo Soares Nascimento, que é Prefeito Municipal de Ubatã. De acordo com aquela Administração, a real situação no que se refere a questão do meio-ambiente é bastante crítica, pois são diversos os mananciais hídricos contaminados, por exemplo, por agrotóxicos provenientes da lavoura; ou do desrespeito à natureza, através do desmatamento indiscriminado.

Segundo ainda do Chefe do Executivo Ubatãense, tal situação é há muito tempo levantada, onde as soluções foram pedidas, porém não postas em práticas. Torna-se imprescindível destacar, ainda de acordo com Raimundo Soares Nascimento, que o escritório dessa SUREHMA existente na cidade de Campo Mourão, através de seus técnicos, não tem medido esforços para procurar ao menos atenuar as inúmeras situações decorrentes que estão a agredir o meio-ambiente.

Neste sentido, espera-se dessa SUREHMA e Secretaria de Estado do Interior, que avaliem melhor as condições que têm em termos de fiscalização na região de Ubatã, assim como as medidas necessárias para permitir, num menor espaço de tempo possível, a eliminação da grave situação verificada.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor

Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a liberação, o mais breve possível, de trinta e cinco carteiras para a Escola Santos Dumont - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Tendo em vista em grande número de estudantes matriculados para o ano letivo vigente, muito além do esperado, as carteiras disponíveis são insuficientes para atender a nova demanda. Ademais, o estado de muitas delas é de alguma precariedade, face ao tempo de seu uso.

Neste sentido, há a real necessidade de que essa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação determinem a liberação de novas carteiras, eliminando uma série de transtornos atualmente verificados, especialmente no que se refere a alunos que se vêem obrigados a dividir carteiras com outros, ou mesmo terem que se sentar no piso daquela referida escola.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento

de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a destinação de um veículo para prestar atendimento junto à Ciretran da Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Excelentíssimo Senhor Joaquim Batista da Silva Filho, integrante do Poder Legislativo Municipal, pertencente à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), recebeu, recentemente, a incumbência de chefiar a Ciretran-Circunscrição Regional de Trânsito sediada naquela cidade. De início, promoveu uma série de mudanças, visando possibilitar um melhor atendimento, com mais eficiência e rapidez, por exemplo. Ao mesmo tempo em que efetuou tal agilização, aquele Vereador sentiu uma série de dificuldades, face a falta de uma melhor estrutura.

Neste sentido, o maior problema apontado por Joaquim Batista da Silva Filho, refere-se à questão de um veículo, que aquela Ciretran não dispõe. Sem um automóvel, muitas são as dificuldades enfrentadas, como por exemplo, a demora para se prestar assistência aos Detran's que são de sua responsabilidade.

Aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública o atendimento presente reivindicação, tendo em vista a sua inquestionável importância, não somente para o Município de Barbosa Ferraz como para a sua região.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, considerando o anúncio veiculado na Imprensa de nossa Capital sobre a viagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Japão e em atenção a convite oficial formulado pela Província de Igo, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo o seguinte Pedido de Informações:

I - De quantas pessoas se compõe a comitiva que acompanhará Sua Excelência o Senhor Governador naquela viagem, e quem arcará com as conseqüentes despesas de passagens e estadia.

II - De quais verbas orçamentárias serão realizadas as despesas do Excelentíssimo Senhor Governador nesta viagem, e bem como em quanto foram estimadas.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 23/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominado "PARQUE JOÃO PAULO II" a área de lazer situada no Centro Cívico e que tem as seguintes delimitações: partindo da intersecção das ruas Marechal Hermes com Heraclides César de Araújo, seguindo por esta até a Avenida Canal Belém, por esta até o prolongamento da rua João Bonn, por esta até rua Moanel Eufrásio, por esta até a rua Marechal Hermes e por esta até encontrar o ponto de partida na rua Heraclides César de Araújo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A intenção do presente projeto de lei é a de formalizar por meio de um diploma legal a denominação da conhecida área de lazer situada no Centro Cívico, atrás do Palácio Iguaçu.

A denominação proposta já é de pleno conhecimento e uso por parte da população e foi adotada quando da visita do Papa João Paulo II à nossa cidade.

Por outro lado, o Decreto n.º 5.493, de 20 de maio de 1974, declarou aquele imóvel como de utilidade pública para fins de desapropriação, destinando-se o mesmo para obras públicas ou logradouros públicos.

Aguardamos, portanto, a manifestação favorável dos nobres Páres, dando um caráter formal e legal a uma justa homenagem ao Sumo Pontífice.

PROJETO DE LEI Nº 24/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL - com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º - Os estatutos da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL serão os mesmos estabelecendo a natureza jurídica, regularidade tributária e previdenciária e demais requisitos legais constantes na Lei Municipal n.º 885, de 20 de outubro de 1971 e alterada pela Lei Municipal n.º 1.088, de 20 de junho de 1974, registrada como Entidade de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social, conforme processo n.º 248.779/76.

Art. 3.º - As formalidades legais para a efetivação da Fundação como entidade de Direito Público Estadual, serão estabelecidas através de Decreto Governamental, a ser baixado 120 dias, após a publicação desta Lei.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

Apoiamento: Djalma de Almeida César, Nelson Vasconcellos, Tuguo Setogutte, Amélia Hruschka, Ervin Bonkoski, Luiz Alberto Oliveira, Tércio Albuquerque, Augusto Carneiro, Péricles Pacheco, Erondy Silvério, Hermas Brandão, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Homero Oguido, Edmar Luiz Costa, Dirceu Manfrinato, Gilberto Carvalho, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Quiêlse Crisóstomo, Antônio Belinati, Anibal Khury, Gabriel Manoel, Francisco Escorsin, Ivan Gubert, Wilson Fortes, Airton Cordeiro, Nelson Buffara, Jorge Maia Filho e 1 (uma) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Nova República proclama que os brasileiros devem tomar a iniciativa no debate e na formação de propostas para uma universidade democrática e autônoma e que é chegado o momento de colocar a questão Universidade na pauta da sociedade brasileira,

rompendo-se o isolamento e saindo-se do espaço restrito dos gabinetes para alcançar o grande diálogo com a Sociedade. A maior ênfase nos tempos atuais é que tornou imperativa a garantia de Universidade pública a gratuita.

O presente projeto de lei é uma resposta aos compromissos inadiáveis assumidos com o povo do Paraná no sentido da democratização do ensino superior, com a aplicação da rede de ensino superior estadual.

Este projeto de lei está sustentado na efetiva contribuição que Cascavel oferece ao Paraná e ao Brasil no setor sócio-econômico.

Ninguém desconhece que Cascavel, como cidade pólo da região Oeste, apresentou e apresenta elevado índice de desenvolvimento também nos setores cultural e educacional e o seu potencial desenvolvimentista requer que o ensino superior praticado pela faculdade - FECIVEL - esteja firmado em bases sólidas que permitam consolidar o progresso no porvir.

Outrossim, essa proposta representa um prêmio que deve ser oferecido pelo Estado ao laborioso povo que em poucas décadas transformou Cascavel e a região Oeste do Paraná num inegável modelo de civilização, que engrandece toda a sociedade paranaense em seus diversos segmentos.

Através do Parecer n.º 191/82, o Conselho Estadual de Educação reconhece a FECIVEL apta a se transformar em Universidades do Oeste, com novas opções de cursos superiores à classe estudantil da região que terá, assim a melhor alternativa para a obtenção de seus diplomas sem se deslocar para outros centros.

Estes são alguns dos argumentos que justificam plenamente a transformação da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECIVEL - em Fundação Estadual.

Das propostas e dos compromissos assumidos pelo Governador José Richa e pelos seus partidários com o povo paranaense, destacam-se estas duas, sem dúvida, as mais importantes de quantas foram transformadas em compromissos solenes: a prioridade de verbas públicas para a rede pública de ensino e a expansão do acesso ao ensino superior público e gratuito com vistas à melhoria da escolaridade da população do País.

Este projeto de lei vem honrar o compromisso assumido com o povo paranaense, particularmente com a população do Oeste do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

“Venho a esta tribuna hoje, para comunicar o êxito de uma experiência realizada pelo Governo do Estado e, ao mesmo tempo, fazer justiça a uma Secretaria de Estado que tem pautado sua ação pelos princípios da racionalidade e da economia. Quero recordar aqui que o Governo José Richa quando, há dois anos, assumiu democraticamente o Governo, externou claramente seu propósito de conduzir o Executivo com austeridade.

Uma das Secretarias que não perdeu tempo é a da

Administração, que tem à frente o jovem pontagrossense, José Olímpio de Paula Xavier, a quem Richa depositou a confiança de dirigir uma das mais importantes pastas do Paraná e que, em realidade, são duas Secretarias, já que a Administração absorveu a dos Recursos Humanos.

Precisaria de um tempo por demais longo para aqui discorrer sobre todas as ações desencadeadas naquela pasta, para cumprir a determinação do Governo, de racionalizar e diminuir as despesas efetuadas com gastos públicos. Assim, vou procurar ater-me ao que consideraria um dos mais expressivos exemplos dessa reformulação verificada no Estado. Refiro-me ao setor de transporte oficial, cujos serviços são de responsabilidade do Departamento Estadual de Transporte Oficial, um dos órgãos da Secretaria da Administração, onde justamente a economicidade ficou mais patente, em função do que ali o Secretário José Olímpio de Paula Xavier realizou.

A primeira questão colocada quando assumiu a pasta, foi saber onde o Estado gastava mais dinheiro. Análises criteriosas acabaram por indicar que um dos mais dispendiosos era o setor de transportes. O diagnóstico demonstrou que além dos aumentos disparados dos custos de combustíveis, havia ineficiência na gerência da frota, um descontrole quase total de sua utilização e mordomias desnecessárias.

Assim, foi idealizada, inicialmente, uma central de malote, em função dos dados levantados. Só na área de Curitiba, há mais de 60 unidades do Governo do Estado, que trocavam correspondência oficial entre si, diariamente. Essa remessa era feita de maneira desordenada e sem controle algum. Só para tipificar, existiam casos em que um Departamento “A” enviava um ofício ao Departamento “B”, mas coincidentemente, dez minutos mais tarde, o Departamento “B” necessitava de uma assinatura num documento. É evidente, usava outro carro para fazer o serviço, quando um só bastava.

O levantamento mostrou que eram mais de 60 automóveis que faziam esse serviço em Curitiba, percorrendo mais de 80 mil quilômetros mensais! O serviço hoje é responsável pelo recolhimento e a triagem, além da entrega de toda a correspondência protocolada, gerada no âmbito do Poder Executivo. Atualmente, atende também órgãos dos Poderes Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas), Judiciário e até da Prefeitura Municipal. A Central de Malote começou a funcionar em 21 de maio de 1984 e até o final do ano passado havia transportado 1 milhão e 94 mil correspondências, sem caso de extravio algum. Houve uma redução de 720 km rodados e uma economia de 172 milhões e 300 mil em combustíveis, a preços de dezembro de 1984.

Mas não parou aí a sensível economia gerada pela Secretaria da Administração aos cofres públicos estaduais. Também, com idêntica finalidade, foi criada e instalada a Central de Transporte do Centro Cívico, em virtude da proximidade de grande parte dos órgãos do Poder Executivo numa mesma área da cidade. Optou-se por sistema de atendimento único e centralizado, com capacidade de imprimir um controle rigoroso na utilização

da frota, racionalizando dessa maneira o transporte oficial.

Essa Central está funcionando nos moldes de um serviço de radiotáxi, uma vez que os veículos possuem sistema de radiochamada. O funcionário que necessita de locomoção, telefona à Central e solicita o transporte. Preenche uma ficha e dirige-se para o carro, que já o estará aguardando na porta do órgão. É simples, eficaz, prático e econômico.

A Central atende, por enquanto, apenas os órgãos localizados no Centro Cívico. Suas operações iniciaram-se em outubro de 1984 e até dezembro do ano passado, reduziu em 270.000 quilômetros o percurso na Capital do Estado, efetuado por veículos oficiais, com economia conseqüente de quase Cr\$ 100 milhões.

Resumindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As duas Centrais, a de Malote e a de Transportes, em menos de um ano de funcionamento, reduziram, só em Curitiba, a quilometragem percorrida, em aproximadamente 1 milhão de km! A contenção com despesas de combustíveis e manutenção chegou a 272 milhões. Mas, o mais extraordinário é que a perspectiva de economia para 1985, está calculada em um bilhão de cruzeiros!

Há mais ainda a falar. Providenciou-se no DETO outras medidas, que proporcionaram redução de gastos, ainda não mensurados, pelo próprio tipo de economia realizada. Uma Subseção do DETRAN evita que os automóveis do Estado se desloquem até o Tarumã, para serviços rotineiros de emplacamento e regularização de documentos. Um almoxarifado, para reaproveitamento de peças, também foi instituído, procedendo-se de forma diversa na administração anterior, quando os veículos tidos como inservíveis eram leiloados. Hoje, é feita a retirada das peças, que são aproveitadas em consertos. Somente a sucata é leiloada.

Em processo de implantação encontra-se um controle de consumo de combustível e de peças, via computador, com condições efetivas de periodicamente ser identificado qual o veículo que, por qualquer motivo esteja "queimando" muito álcool ou gasolina, gastando muito pneu, bateria e assim por diante. Desde que as modificações foram introduzidas, o Estado passou a consumir menos 175.800 litros de álcool e gasolina, só em 1984.

Outros procedimentos adotados, ainda na área do DETO, são a Central de "boys", para pequenos serviços de estafeta, realizados por garotos, e a Central de Viagens, em fase de implantação, além da absorção do serviço de transporte aéreo do Estado, com redução da frota de aeronaves, de seis para quatro. Nesse setor, houve racionalização do uso e foram baixadas normas mais rígidas para os vãos, com conseqüente economia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como disse de início, a Secretaria da Administração recebeu do Sr. Governador uma missão importantíssima, o que, de fato, já pôde ser constatado. Gostaria ainda de falar sobre as modificações realizadas nas outras áreas, comandadas pelo Secretário José Olímpio de Paula Xavier, tais como o DEAM (Departamento de Administração de Material), a Imprensa Oficial, o

Departamento de Arquivo e Microfilmagem, o Departamento de Recursos Humanos, isso tudo, sem contar com a atuação das entidades vinculadas. Oportunamente, pretendo discorrer sobre estas atividades".
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente Antônio Annibelli, Srs. Deputados.

A expectativa de todo o Brasil se volta para São Paulo com a terceira cirurgia do Presidente Tancredo Neves. Pedimos a Deus que derrame copiosas bênçãos sobre o Presidente Tancredo Neves nesta hora difícil que sua Excelência está atravessando.

Sr. Presidente, a imprensa, no domingo, a imprensa de circulação nacional publicou uma entrevista com o Ministro Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, onde o Ministro, ex-Governador da Bahia, ex-servial do Governo da Antiga República, onde ocupou vários cargos, inclusive o de Governador "biônico", fez uma acusação ao Presidente Figueiredo de ter praticado uma verdadeira orgia nas concessões de estação de rádio e televisão no crepúsculo do Governo Figueiredo, justificando com esta acusação a razão que o levou a suspender para um novo exame todas as concessões de rádio e televisão que o Presidente Figueiredo concedeu ao fim do seu Governo. Mas suspendeu as concessões dadas a partir do mês de outubro.

Dai a estranheza de vários Parlamentares, de várias figuras de destaque no mundo das comunicações do Brasil, por que que o Sr. Ministro das Comunicações não cancelou as concessões de agosto para cá? É sabido que em agosto o Sr. Antonio Carlos Magalhães também foi premiado no "festival de orgias" do Presidente Figueiredo ganhando a concessão de um canal de televisão na Bahia.

É o falso moralismo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamento profundamente e vejo no próprio Paraná gente que tem dado a sua vida ao rádio, à televisão, às comunicações, e que no momento em que pôde conquistar, por esforço, por capacidade, por experiência uma concessão para uma estação de rádio, de repente, com equipamento comprado, se viu privado de poder oferecer ao público o seu trabalho profissional na estação que montara.

Lamento profundamente porque, se o Sr. Antonio Carlos Magalhães quer dar uma grande lição de moralidade pública, ele deveria cancelar também o seu próprio canal de televisão, porque ele só ganhou esse canal porque participou ativamente da coordenação da candidatura de Mário Andreazza à Presidência da República, ganhou esse canal na Bahia pela sua amizade e pelo contato permanente com um homem que hoje ele acusa que é o ex-Presidente Figueiredo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui, e eu que tenho o orgulho e a honra de, há mais de vinte anos, militar no rádio e na televisão. Fica aqui o meu

protesto, a minha crítica contra este falso ato de moralidade de um Ministro que é quase que um estranho no ninho nesta Nova República.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 1981, quando o então Governador Ney Braga fez uma viagem, acompanhado de uma comitiva de Secretários de Estado e assessores, ao Japão, assistimos nesta Casa as mais contundentes críticas aquele evento, partidas exatamente da Bancada do PMDB. Este, na oportunidade, verberava o comportamento do Governador do Estado gastando dinheiro necessário às diversas obras que estavam sendo realizadas no Paraná, segundo entendimento da bancada então da oposição do PMDB, para uma viagem de recreio ao país amigo.

Mas agora estamos vendo, Sr. Presidente, no noticiário da imprensa, que idêntico procedimento terá o Sr. Governador José Richa. E não vimos ainda, de algum membro do PMDB desta Casa, ontem oposição hoje Governo, ontem estilingue, hoje vidraça, nenhuma voz protestar contra a propalada viagem do Governador José Richa. Será que os homens mudaram, ou os tempos mudaram? Será que hoje a viagem do Governador José Richa não custará nenhum cruzeiro aos cofres do Estado? Será que este dinheiro também não é necessário à administração...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É Pequeno Expediente, caso contrário daria com muito prazer.

Mas estas perguntas o nobre Líder, em exercício, terá oportunidade de ver o seu Governo responder, se levar a sua bancada a aprovar o requerimento que estamos encaminhando à Mesa.

"Considerando o anúncio veiculado na imprensa de nossa Capital sobre a viagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Japão e em atenção ao convite oficial formulado pela província de Hyogo, REQUER, após ouvido o Plenário, um pedido de informações de quantas pessoas (acompanham) se compõe a comitiva que acompanhará Sua Excelência o Sr. Governador naquela viagem e quem arcará com as conseqüentes despesas de passagem e estadia.

Segundo, de quais verbas orçamentárias serão realizadas as despesas do Excelentíssimo Senhor Governador nessa viagem, bem como em quanto foram estimadas."

O aparte que queria me oferecer o nobre Líder do PMDB deveria ser mais ou menos objeto das perguntas que eu faço neste requerimento. Gostaria que o Sr. Líder do PMDB desse guarida ao nosso requerimento, aprovasse,

para que o Sr. Governador tivesse oportunidade de esclarecer a esta Casa os motivos de sua viagem e o custo da mesma.

Não que sejamos contra eventos desta natureza, porque conhecemos a necessidade que tem o Governo do Estado em visitar outros países, em procurar estabelecer convênios, celebrar acordos comerciais. Isto também é função de um Governo. É função de um Governo procurar dar vazão à produção do Estado, a tentar estabelecer contratos de cooperação mútua entre o Japão e o Estado do Paraná. Isto é muito importante para a economia paranaense. Absolutamente somos contrários à viagem do Sr. Governador. Apenas estranhamos o alarde que se fez na oportunidade, as críticas injustas que se fizeram nesta Casa quando um outro Governador fez a mesma viagem com os mesmos objetivos, diga-se de passagem, sadios para a vida econômica do Estado; para a vida cultural do Paraná.

Então, não estou contra, absolutamente, à viagem. Eu, como não vi até agora manifestação alguma da vigilante Bancada do PMDB, que tanto criticou Ney Braga em 1981, estou encaminhando este requerimento para que saibamos quanto se vai gastar; os objetivos da viagem; as vantagens que ela trará à economia paranaense; à vida cultural ao Estado do Paraná.

Só isso que nós queremos saber.

Para terminar, Sr. Presidente, nós ouvíamos com muita atenção ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa, pena que nosso tempo parece que esgotou não é, Sr. Presidente?

Obrigado, eu voltarei ao assunto na próxima oportunidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Com a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Jorge Maia.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, apenas incorporando as minhas palavras às do Deputado Antônio Belinati, desejando, neste momento, o mais breve restabelecimento ao Sr. Presidente da República que se encontra numa situação de saúde um tanto preocupante que na realidade também preocupa a todos nós políticos e, preocupa a Nação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas eleições de 1982, houve na realidade não uma vitória do PMDB. Houve quase que uma revolução social para mudança, para as alternâncias de poder. Em quase todo o Brasil, em quase todos os municípios do Paraná, essa mudança constatou-se.

Também no Município de Califórnia, município vizinho a cidade de Apucarana, tivemos, como na maioria dos municípios, a mudança de poder.

Havia, naquela ocasião, um candidato do PMDB de um temperamento controvertido que gerava e gera até hoje polêmica na opinião pública.

Foi aos palanques como "Cristo Salvador" na sua pregação dizendo que daria água a quem tem sede e daria

comida a quem tem fome, e o povo acreditou.

O povo não lembrou que o Cristo Salvador foi apenas um e foi crucificado. Achou que aquele controvertido candidato do PMDB assumiu na realidade as condições para ser o mandante daquela Prefeitura. E assim o fez.

Desde que assumiu vem demonstrando uma incapacidade total à testa daquele executivo.

Já comentei que o seu primeiro ato foi por "carpet" até o teto do seu gabinete. Foi comprar carros novos, por tala-larga, vidro fumê; obrigar as professoras andar de motocicleta. Enfim, tentar fazer o controle de natalidade, fazendo com que as mulheres fossem operadas para não terem mais filhos.

E isso tudo foi revoltando o povo daquele município e é com tristeza que hoje temos a informar aos Srs. Deputados que o povo de Califórnia, em um número bastante elevado, reunido em praça pública, assediaram o Sr. Prefeito, que era o Cristo profeta e lhe deram uma tremenda surra, em revolta a tudo de ruim que está fazendo ao município.

Prefeito esse que foi internado na Santa Casa de Apucarana, pelo tanto que apanhou dos seus munícipes.

Queria pedir daqui, ao povo bom, ao povo ordeiro de Califórnia, que tenha calma, que tenha paciência, que a agressão a nada levará, que não fira mais fisicamente a esse Prefeito e lhe dê a resposta nas próximas eleições.

O povo pode ser enganado, mas apenas uma vez. O povo de Califórnia foi enganado e tamanha foi a ira deste povo, que lamentavelmente, agrediu fisicamente àquele pobre Prefeito do PMDB, que tenta dirigir os destinos daquele município.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Ainda, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Constata-se, hoje, no País um grande esforço para modernizar a estrutura de arrecadação em todos os níveis. É o Governo Federal mobilizando-se no sentido de tornar o Imposto de Renda mais importante como fonte de arrecadação, bastando mencionar que o Imposto de Renda cresceu gradualmente como fonte de arrecadação do Governo Federal desde a sua implantação em 1924 até atingir 52,7 por cento do total em 1983. O "leão", a cada dia, amplia a sua dentada no bolso do pobre contribuinte brasileiro e é dos assalariados que o "leão" tira mais, penetrando fundo as suas afiadas garras para dilacerar os míseros vencimentos e salários dos empregados. A voracidade do "leão" é tamanha que as alíquotas para cálculo do Imposto de Renda vão de 5 a 60 por cento. Se o insaciável "leão" continuar com tanta fome, logo chegaremos ao absurdo de termos alíquotas de até 100 por cento. E os infelizes dos contribuintes que se precavem porque o nome do "leão" dispõe agora de mais poder de fogo, pois, graças à Nova República, abanquetou-se no Ministério da Fazenda, donde é mais fácil desferir dentadas nos assalariados.

Mas, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, a voracidade para aumentar a arrecadação não é privilégio do "leão" federal. Ele tem seus filhotes espalhados pelos 23 Estados onde os governos especialmente os do PMDB, investem firmes contra o comércio e a indústria para

aumentar a receita do ICM.

E os municípios partem ligeiros para o aumento do IPTU e do ISS. Como a briga está formada, o que se torna imperativo é a reforma tributária mediante a qual se procurará meio termo que atenda às necessidades da União, dos Estados e dos Municípios, sem ferir tão fundo o bolso do contribuinte. Outra alternativa pode ser o aperfeiçoamento da arrecadação, evitando-se a sonegação. Para tanto, há que se promover o também aperfeiçoamento dos quadros de pessoal. No âmbito federal, o ex-Presidente Figueiredo deu um grande passo nesse sentido, ao conceder vantagens adicionais aos vencimentos dos servidores do sistema fisco-arrecadador, hoje considerados os melhores remunerados do serviço público federal. O mesmo não ocorre na esfera estadual, onde os fiscais da receita estadual percebem vencimentos que não condizem com a responsabilidade da função que exercem. Trata-se de servidores dos quais dependem os maiores interesses pessoais e patrimoniais. Os fiscais da receita são funcionários que devem cumprir corajosamente os seus deveres, lutando contra os poderosos. Mal remunerados como são, podem os fiscais de renda do Estado cumprir os seus deveres como se lhes exigem diante daqueles que procuram fugir aos seus deveres e obrigações de recolher ao Erário Público aquilo que arrecadaram dos contribuintes? Para que possam ter as suas virtudes acima e a salvo dos procedimentos torpes dos sonegadores, na busca desesperada para ocultação dos seus primos, os fiscais, e exemplo do que ocorre em qualquer administração voltada para práticas eficientes e eficazes, devem ter vencimentos com a função social que exercem. Ao dirigir um apelo ao Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria da Administração estudos sobre a remuneração e as demais condições funcionais dos fiscais de rendas do Paraná, desejo acentuar, em apoio a este meu apelo, que não pode ser eficiente um sistema fisco-arrecadador que não remunera condignamente os seus servidores, deixando-os à mercê da ação deletérea dos sonegadores que atuam diuturnamente para apoderar-se daquilo que pertence ao Estado. Daquilo que foi pago pelo povo. Remunerar melhor os fiscais de renda é medida que se impõe ao Governo do Paraná. É imperativo para que a administração pública possa atingir os elevados objetivos de progresso e bem-estar do povo paranaense."

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazemos nossas as palavras dos Deputados que nos antecederam, ao pedir o restabelecimento do Presidente Tancredo Neves. Disseram os Srs. Antônio Belinati, Jorge Maia e Edgard Pimentel, que é necessário que peçamos a Deus, que em sua infinita bondade e misericórdia, faça com que o legítimo Presidente da República tenha o seu restabelecimento. Porque se assim não o for, os atos do Vice, que por enquanto não é Vice de nada; por enquanto, dentro da Constituição, não é Vice de nada. Como pode ser Vice, Sr. Presidente Antônio Annibelli, como pode ser Vice, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, do que não existe? É um arrepio à Constituição. Quem conhece de leve a Constituição de nosso País, sabe que os atos do atual Presidente, que não preside nada, são ilegais. Como pode o Deputado Antônio Annibelli ser Vice, se não fora eleito junto e empossado com o nosso Presidente? Seria um arrepio da Lei; seria mais uma traição ao povo;

não por eu ser malufista. Mas a verdade meridiana, Srs. Deputados, estamos engolindo uma pílula. Sr. Presidente, que foi manipulada no laboratório dos "puxa-saquistas praticantes."

Como pode o homem do bigode, ser Presidente da República, se seu Presidente não havia sido empossado? Para que a Lei, a Constituição em sua plenitude seja obedecida pelo povo brasileiro; o povo carneiro que é o povo do Brasil. A Constituição reza e estudem Vossas Excelências da Bancada do PMDB, que legitimamente José Sarney não é Vice de nada. Não pode. Como pode assumir a Presidência da República, que devia ser entregue a Ulisses Guimarães? Como pode passar por cidadão da Constituição Federal? Presidente do quê, é José Sarney? Só de uma República, como a República do Brasil, onde os aconchavos políticos fazem nos lembrar que nos Estados Unidos derrubaram-se Presidentes com muito menos que isso. Deveria ser o Presidente do Congresso o Presidente da República.

Agora, pasmem! Digo isto principalmente à bancada reformadora da República Nova do PMDB: é a traição ao povo, e haveremos, desta tribuna dizer que José Sarney não é Presidente de nada. Seria Presidente se o grande Presidente Tancredo Neves tivesse sido empossado.

Como podem passar por cima da Constituição meia dúzia de juristas que foram acertados e talvez o nosso Brasil continue pobre. Pobre Brasil!

Mas, são nulos todos os atos do Presidente "fajuto" que se chama José Sarney. O traidor que nos traiu e que há de trair também a República do Brasil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) — Encerrado o Pequeno Expediente. no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, por 30 minutos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentado e aprovado nesta Casa, um projeto de lei, posteriormente sancionado e que levou o n.º 7.730, que nasceu exatamente da constatação das dificuldades que a maioria das famílias brasileiras enfrentam para adquirir o material didático. A constante mudança dos livros adotados onerava ainda mais o orçamento familiar, já tão debilitado pela velocidade dos aumentos do custo de vida; não podíamos, assim, continuar admitindo que a ânsia de lucro, por parte das editoras, viesse a repercutir negativamente sobre a classe estudantil.

Esta lei, em vigor há mais de um ano, após regulamentada pela SEED dispôs que aos professores dos estabelecimentos de ensino caberá a escolha e adoção do livro didático, o qual só poderá ser substituído, decorridos quatro anos. Poderá, sim, o livro ser substituído, excepcionalmente, mediante razões plenamente justificadas e antes desse prazo, somente com a aprovação da escola, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

Como se pode verificar a escolha do livro é totalmente democrática, pois tem a participação de professores e alunos, sem qualquer interferência da Secretaria da Educação.

Muito nos espanta, portanto, a afirmativa feita na tribuna desta Assembléia, e publicada pela imprensa, da palavra do Deputado Ezequias Losso, na semana passada, afirmando que um texto extraído

de uma das valiosas obras de Jorge Amado "O Menino Grapiúna," era leitura obrigatória de todos os alunos da 7.ª série das escolas da rede estadual de ensino.

Antes de mais, sou obrigado a acreditar que se trata de uma afirmação inconsistente, porque não acredito que o nobre Deputado da Oposição não tenha conhecimento do conteúdo da lei que teve oportunidade de aprovar e discutir nesta Casa.

Se assim não se passa, se realmente tem conhecimento do conteúdo da lei do livro didático, então somente a má fé ou a tentativa de caluniar a ação da Secretaria da Educação poderia movê-lo nessa atitude extremamente deploável.

Com relação à outra atitude assumida pelo Deputado, a de se autoproporcionar censor de livros escolares ou intérprete de intenções ou do conteúdo ideológico de textos, como este de Jorge Amado, esta não nos estranha tanto. Na verdade, a longa provação que o autoritarismo proporcionou à população brasileira, de um modo geral, desacostumou determinadas pessoas de uma prática extremamente salutar e importante para o seu desenvolvimento, que é a vivência democrática. Refiro-me aqui, principalmente, ao desenvolvimento social, e quando cito a vivência democrática, incluo nela as práticas de participação comunitária, e de criação de uma consciência crítica da população.

É inegável que um dos setores da vida nacional que mais padeceu com o rigor do embotamento à consciência crítica da população, foi o setor educacional; nele desaguarão naturalmente todas as grandes frustrações do regime passado através de medidas discriminadoras, elitizantes e alienantes reformas de ensino, e por aí afora; um sem número de atitudes que ao invés de formar profissionais competentes, entregava ao País muitas das vezes recém-formados sem uma agudeza crítica capaz de os fazer discernir os grandes problemas da vida nacional.

Porém, não podíamos pactuar com esta situação. Por isto e com a intenção de modificar este quadro, logo após as eleições de 1982, o Governo José Richa estabeleceu novas propostas para o ensino em todo o Estado, com o objetivo de fornecer ao aluno já ans nas escolas a tão esperada vivência democrática. A Secretaria de Estado da Educação está aplicando estas novas diretrizes, fruto de uma ampla discussão da qual participaram professores e especialistas em educação e à qual os Parlamentares uniram seus esforços através da apresentação de projetos de lei sobre o tema.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não consegui-nos causar estranheza a posição superficial e equivocada do Deputado Ezequias Losso com relação ao texto transcrito no livro "Reflexão e Ação", adotado em algumas escolas para os alunos de 7.ª série. O nobre Parlamentar está ainda imbuído do espírito direcionista e impositivo, emanado até há bem pouco tempo dos altos escalões militares que comandavam os destinos da educação no País; tão pouco se deu ao trabalho de verificar que o texto em questão, que ainda inicia dizendo que "os líderes e os heróis são vazios, tolos, prepotentes, odiosos e maléficos..." é um texto para atividade de reflexão e conclusão, do qual os estudantes deverão tirar uma opinião pessoal, particular; e não me parece que "adolescentes de 13 e 14 anos" como o Parlamentar pedessista citou, tenham dificuldades de interpretar esta colocação, vendo que se trata de uma assertiva muito pessoal de Jorge Amado no contexto de toda uma obra. Além disto, como o nobre Parlamentar deve saber, Jorge

Amado foi político como nós, cassado pela Ditadura e ninguém melhor do que ele, que sofreu na carne os rigores da Legislação autoritária, para conceituar os pseudo-heróis e líderes que arrastam consigo multidões ao cadafalso”.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Rubens Bueno, inicialmente quero manifestar a Vossa Excelência a minha estranheza pelo fato de abordar tão somente o texto de Jorge Amado nesta tarde. Eu abordei, além deste texto de Jorge Amado, também, “a sopa de fubá”, que contém palavras como “bosta”, “fresco, se sujando toda”, e outras mais.

Acho que nossa juventude desta não forma vai aprender português. Não aprenderá português, mediante palavões. E existem outros textos e outras expressões inconvenientes. Por exemplo, no livro da 8.^a Série que não analisei ainda da tribuna consta o sexo, futebol e mensagens otimistas são armas do sistema para alienar o povo. Francamente julgo que para estudar Português não se precisa chegar a esse ponto. Outrossim, eu não vejo luta por liberdade partindo-se para negativismos, para intrigas, se veem em textos da obra. Leia Vossa Excelência. O texto que fala sobre o negro, com atenção e os comentários que são colocados ali. Se um filho de negros for trabalhado com aquela mensagem, certamente vai ficar com ódio dos brancos.

Penso que não estamos acertando neste tipo de ação. E note Vossa Excelência que não estou falando somente em aspectos ideológicos, estou falando em termos gerais.

Quanto a adoção dos livros, a Sra. Secretária da Educação veio a público dizendo que muitos estabelecimentos do Estado não os estão adotando. Reconheço ser isso verdade. Penitencio-me, das declarações iniciais.

Entretanto quanto a lei da adoção lembro existirem muitas, que embora tendo sido aprovadas nesta Casa, por uma razão ou outra, não são imediatamente cumpridas, e acabam caindo no esquecimento. Por exemplo, existe uma lei, nobre Deputado, que foi sancionada em novembro do ano passado, que estabeleça que todos os estabelecimentos de ensino da rede estadual, deverão prover gratuitamente o material escolar. E estou notando que os estabelecimentos de ensino da rede estadual, não estão provendo gratuitamente material escolar, para crianças carentes. É a emenda que assim despor foi da autoria desse Deputado. Repito, há muitas Leis que não são cumpridas desde logo.

Nos informa Vossa Excelência que a lei da adoção dos livros está em plena aplicação. Não foi correspondente adotado o livro pela Secretaria, mas não se pode negar o fato de não ter havido, sem qualquer pronunciamento sobre o mesmo. Não vou dizer, que a Secretaria deva censurar o livro, mesmo, porque em nossa Pátria a publicação de qualquer obra.

Assim, há livros de todos os tipos, de todos os gêneros tratando das mais diferentes ideologias. Devemos aplaudir a liberdade de imprensa, liberdade de edição.

A Secretaria de Educação poderia, através da Divisão competente, se manifestar através de pareceres, não só em relação a esta obra, mas, com relação a outras obras, também.

Desta forma ofereceria os subsídios para serem levados em consideração pelas professoras e pelos pais, no momento da escolha dos livros escolares e digo mais uma coisa, nobre Depoutado, o Vereador Elcio Melhem do Partido de Vossa Excelência, ingressou na Justiça com Mandado de Segurança representando 20 pais, que não desejam que os filhos deles usem esse material. E mais de 600 assinaturas do povo de Guarapuava, constam de abaixo assinado.

É coisa muito séria, Senhor Deputado, não é apenas esse Parlamentar que está falando. Está representando o pensamento de inúmeros pais.

Foram muitos os telefonemas e visitas de pais preocupados. Tanto de Curitiba, como do interior do Estado, vieram manifestar solidariedade, a respeito deste assunto.

Eu não estou, absolutamente, defendendo o autoritarismo. Tão pouco, obtive vantagens de governos anteriores. Não tenho nenhum compromisso com a, b, ou c de governos anteriores, nobre Deputado.

Não fui pessoalmente beneficiado por nenhum dos governos anteriores.

Tenho, por isso plena liberdade de dizer, conforme a minha consciência e defender os interesses da coletividade paranaense nesse assunto também.

Mas, não se deve obrigar o filho de um cidadão matriculado em estabelecimento do Estado, para estudar e aprender Português, a discutir teses que contrariam o normal exercício da autoridade dos pais e incentivadores das lutas de classe.

(Com revisão do orador).

O SR. RUBENS BUENO - Com muito prazer, Senhor Deputado e Vossa Excelência sabe que por ser um assunto sério, é que me dei ao trabalho de responder ao seu discurso e vir aqui responder perante esta Casa, o que Vossa Excelência afirmou na semana passada.

Eu quero dizer de mais, que com relação aos palavões que por acaso estão no contexto, inserido no aparte, de uma obra de Jorge Amado, nós podemos afirmar com absoluta segurança que durante seis anos, o General Figueiredo disse tantos palavões neste Brasil e nunca se ouviu a voz de Vossa Excelência denunciando os palavões daquele Presidente.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência já me tomou sete minutos. Eu pediria que eu me estendesse mais um pouco.

O Sr. Ezequias Losso - Mas é que Vossa Excelência provocou uma resposta de minha parte.

O SR. RUBENS BUENO - Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Ezequias Losso - Mas se Vossa Excelência for examinar os Anais da Casa com certa atenção, verificará que em muitos pronunciamentos meus eu tive a oportunidade de demonstrar a insatisfação por certas expressões usadas por pessoas com composição na área pública federal ou estadual.

O SR. RUBENS BUENO - Sem dúvida, e veja Vossa

Excelência que quando cita um projeto seu que foi aprovado na Assembléia Legislativa - Deputado Ezequias Losso, é com maior prazer que eu estou aqui num debate com Vossa Excelência porque o conheço muito bem. É por isso que eu me dei ao trabalho de responder ao seu discurso e avisei-lo de que viria à tribuna responder o seu discurso.

Exatamente sobre isto: quando fala sobre o seu projeto aprovado de doação de material didático ao aluno carente, com a lei aprovada e está em pleno vigor, e porque não dizer da Emenda de João Calmon, obrigando o Orçamento da União seja destinado 13% à educação neste País, e Vossa Excelência sabe que continua até hoje no orçamento, 4,1% para educação.

Então, realmente nós precisamos voltar a ter a liberdade que precisa ter e a sua agudez à crítica é tão necessária como importante, neste momento.

Veja bem Vossa Excelência: ao contrário do que Vossa Excelência afirma, não é obrigatória a leitura dos livros, mas é facultativa. Desperta o aluno para a crítica, para o estudo da História, fazendo uma co-relação entre os conceitos de líder e herói e os métodos ou ação que os levou à essa condição. O mais importante é que este e outros textos levam o aluno à reflexão, sem necessariamente induzi-lo a pensar ou agir identicamente, hábito que muito provavelmente, Deputado, que nunca se preocupou com a qualidade de ensino, vem agora denegrir na ação correta da Secretaria de Estado da Educação. Escandalizou-se o Deputado com a afirmação de que "ser herói é lutar pela vida" usando como arma apenas o salário-mínimo. É lamentável que ainda hoje em dia, haja pessoas que acreditem, por ingenuidade ou má fé, que o salário-mínimo vigente dê condições para o trabalhador e sua família, viverem condignamente.

Mais uma vez, a superficialidade predominou, superficialidade que, tenho absoluta certeza, os nossos alunos não terão ao interpretar aquele texto.

Com relação à honra como um todo, para os alunos da 5ª à 8ª séries, encontrei textos de ótima e média qualidade de autores já conhecidos e pouco conhecidos. Alguns falam sobre as conquistas da mulher e a sua luta pela igualdade, sobre a participação comunitária sobre a marginalização e a luta histórica dos oprimidos, sobre o indivíduo e a história, a vida na favela e muitos outros temas atuais que convidam o estudante a desde cedo, exprimir a sua opinião, sem censuras ao mesmo tempo que vai tendo consciência daquilo que necessita ser modificado quando for um profissional.

(Continua lendo).

"E a isto o Deputado não se referiu, porque muito provavelmente não apreciou a obra, mesmo porque estava simplesmente se preocupando em atingir a SEED.

As "sutilidades" (o Deputado deveria querer dizer "sutilezas") e as atitudes reacionárias que diz estarem aquelas edições repletas, pois só em três páginas achou o bastante para censurar qualquer obra literária, nada mais são do que realidades que vislumbramos a cada passo.

Antes de serem adotados, estes livros foram submetidos à apreciação da comunidade educacional, que os escolheu por neles estarem presentes os temas masi palpantes da nova realidade, que começa a se desenhar perante todos os brasileiros.

Reacionária é a atitude do Deputado Ezequias Losso que pretende, somente com a sua opinião derrubar a decisão de um conjunto de professores que escolheram aquela edição, e ao mesmo tempo auto proclamar-se defensor da linha "pura" do ensino, ou seja, aquela que ensina apenas aquilo que é "conveniente" o estudante saber.

Senhor Deputado: os tempos são outros, os ares que sopram têm cheiro de justiça, de liberdade e, acima de tudo, de democracia".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário. Tem a palavra o nobre e jovem Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Lê):

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

"Quando da sessão plenária da quinta-feira próxima passada, ouvi em apartes generalizados, bem como nos pronunciamentos dos Deputados Ailton Cordeiro e Ivan Gubert, uma intenção de se a trelar o caso Brasilinvest/Mário Garnero, à figura do ex-Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, de forma tal que, assim como eu estava cobrando que as mesmas medidas fossem tomadas contra Erasmo Garanhão.

Acontece, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se tivessem ouvido atentamente o meu pronunciamento naquela ocasião, teriam percebido que estávamos cobrando ação, medidas, punição contra toda a pirataria do mercado financeiro, fosse quem fosse,, enfatizamos na oportunidade, atingisse quem atingisse, doesse quem doesse, pois o nosso compromisso é com a verdade com a moralidade pública, com o término dos desmandos em nossas instituições financeiras.

Os apartes com referência ao ex-Secretário

Garanhão não procedem no caso. Existe uma ação popular em grau de recurso sobre a matéria. A Justiça irá decidir a questão dentro das provas que existirem nos autos, estando portanto, "subiudice", e qualquer posicionamento na atualidade estará embargando a ação judicial.

Acontece que, no passado, não se ouvia falar de qualquer comissão para apurar qualquer desmando no Governo Federal, fato que já começa a acontecer, e com uma certa frequência que poderá ser benéfica aos propósitos dos brasileiros de bom caráter.

No caso da denúncia da operação Brasilinvest com o BANESTADO, cabe aqui lembrar que a operação foi cercada de todos os requisitos necessários para que se tivessem as garantias, e para que se possa compreender melhor a situação, basta que se citem alguns dos acionistas do Brasilinvest. E aqui, Senhores Deputados, eu peço licença para enumerar os acionistas do grupo Brasilinvest: Banco da Amazônia, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Banco do Brasil, Banco do Estado de Pernambuco, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado de São Paulo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal e ainda: Banque Nationale de Paris, Banque Worms, Amsterdam-Rotterdam Bank, Banca Nazionale del Lavoro, Banco Árabe-Espanhol,

Banco Bamerindus do Brasil, Banco Popular Espanhol. E as empresas: Caterpillar do Brasil, Cia. Cacique, de Café Solúvel, Cia. Nestlé, Cia. Vale do Rio Doce, Fiat do Brasil, Varig do Brasil, Grupo Atlântica Boa Vista, além do Swiss Bank Corporation.

Além do mais, no Brasilinvest, o quadro de acionistas conforme citamos acima, se apresentava como instituição quase oficial, pois em nossa história bancária nunca presenciamos tantas instituições oficiais participando de uma instituição bancária. A voz corrente no mercado era de que, Mário Garnero, entrara para ditar o comportamento do OPEN e do OVER, e assim fez por muito tempo.

Por outro lado, há de se convir que, diante das evidências criadas pela configuração do quadro de acionistas do BRASILINVEST, poucos teriam o deslante de se negar a uma operação financeira. Mormente quando se sabe, que estas operações são aprovadas e autorizadas pelo próprio Banco Central do Brasil, e os bancos, na qualidade de empresas comerciais, buscam apenas conseguir uma rentabilidade para o dinheiro que fica retido, e conseqüentemente, parado no Banco Central.

Portanto, não rendendo, o necessário e obrigatório dividendo aos seus acionistas".

O SR. IVAN GUBERT - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, quando nós levantávamos na última quinta-feira o problema Brasilinvest, nós fazíamos principalmente pelas inúmeras coincidências que vêm ocorrendo com a família Frágoas e o Senhor Erasmo Garanhão.

E eu quero aqui repetir algumas dessas coincidências e alguns fatos que nos levaram a levantar a suspeição sobre o caso.

O primeiro deles: a data da operação - 14 de março -, data em que estavam sob suspeição algumas operações em dólares feitas com o Senhor Erasmo Garanhão e o Senhor Gastão Frágoas, representante da Lemman.

Segundo problema, segunda coincidência: chamar-se o homem da Brasilinvest José Maria Frágoas pelo mesmo sobrenome que Gastão Frágoas, homem da Lemman, e João Frágoas, o homem do Banco Mercantil de Descontos, o homem dos juros subsidiados a Omar Badawi e a Erasmo Garanhão.

E uma nova coincidência surge agora com a leitura da "Veja" que eu me permito ler só um trechinho: "para um grupo que começou com sócios do naipe dos bancos Midland da Inglaterra, isso significa que o Midland - aquele mesmo Midland da operação da Lemman - estava ligado ao Brasilinvest". Então, isso seria uma quarta coincidência agora.

Então o que se pretendia levantar e mostrar a público é que era muita coincidência para o mesmo Senhor Erasmo Garanhão e três Frágoas. Quanto à aplicação dos recursos, nada mais do que a obrigação do Secretário de Estado enumerar

ou, procurar enumerar dinheiro que estava internado no Brasil por ser uma operação do empréstimo jumbo.

E, para encerrar, Nobre Deputado, por que o Secretário das Finanças não fez esta aplicação num Banco do Estado do Paraná, o que permitiria, sem dúvida alguma, a remuneração da mesma forma, mas principalmente o aquecimento da economia paranaense que tanto necessita de recursos? Era isso, nobre Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Nobre Deputado

Ivan Gubert; Vossa Excelência deve entender muito mais o mercado financeiro que este Deputado, e sabe perfeitamente que existe operações em dólar, em cruzeiro, operações em letra de câmbio e uma série de operações.

Na época, o Banco do Estado do Paraná dispunha desta quantidade em dólar, só que nenhum empresário paranaense, com capacidade de endividamento e com garantias reais, teria o deslante de pegar dinheiro em dólar, na oportunidade, em cima de uma maxidesvalorização.

Portanto, aparece um interessado, Vossa Excelência, Presidente do Conselho de um Banco, aparece um interessado, revestido de garantias reais com uma lista de acionistas que eu acabei de citar, jamais Vossa Excelência negaria. E eu vou adiante, eu perguntaria a Vossa Excelência: Se Vossa Excelência tivesse como atividade a agiotagem muito comum nos dias de hoje e viesse lhe pedir um empréstimo, a empresa que enumerasse alguns empresários paranaenses, tais como Jayme Canet, Hermes Macedo, o Grupo Britânia, o Grupo Mauad, a Britanite, o Grupo Vieira e etc., Vossa Excelência que não queria saber quem era o empresário que estava emprestando o seu dinheiro, mas com uma lista desta de fiadores, evidentemente, Vossa Excelência emprestaria a quantia com a certeza, com a garantia de que receberia o capital, o juro, a correção monetária e etc.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Líder do Governo, Vossa Excelência disse que os empresários paranaenses não tinham o deslante - foi a expressão que Vossa Excelência usou - para fazer empréstimos em dólares. Entretanto, Vossa Excelência há de concordar comigo de que o Governo do Senhor José Richa estava, na mesma época, emprestando em dólares.

Parece-me uma profunda incoerência de Vossa Excelência ao defender a aplicação em dólares no Brasilinvest, dizendo que os empresários não aceitariam por causa da maxidesvalorização, ao mesmo tempo em que Vossa Excelência votava, na Assembleia Legislativa, empréstimos em dólares para,

por exemplo, o Programa de Eletrificação Rural do Governo do Estado. Parece a Vossa Excelência profunda incompatibilidade com a verdade o BADEP fazer repasses à mesma época, e em quantias vultuosas, para empresários paranaenses?

Esta é a colocação que faço para colaborar com o discurso de Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Quero

cumprimentar Vossa Excelência pela rapidez de raciocínio. Fato este que o conduziu tantas vezes à Liderança da Bancada do PDS. Entretanto Vossa Excelência sabe que a pergunta que me faz é simplesmente para embaralhar a situação; porque os empréstimos vindos do Exterior, para o Governo do Estado, para as empresas públicas, são empréstimos subsidiados, com valor social implícito, para a construção de obras com retorno social. Enquanto que Vossa Excelência sabe que o empresário da vida privada tem que emprestar dinheiro para ter lucro, para fazer sua empresa crescer. Enquanto que os Governos Estaduais e o Governo Federal têm que trazer dinheiro do Exterior para garantir escola, saúde, moradia, bem-estar social.

Existe uma diferença muito grande entre a empresa pública e a empresa privada.

Se for necessário pagar dólar a 20, 30 mil cruzeiros, para evitar a fome, a falta de estrada, a falta de escola, para o escoamento da nossa lavoura, do nosso produto, o Governo do Estado tem que pagar. Agora o empresário não pode se dar ao luxo de fazer falir a nossa empresa.

O Sr. Ivan Gubert - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência disse que Banco nenhum do Estado do Paraná se disporia, naquela época, a pegar os 25 milhões de cruzeiros a dinheiro de hoje. E eu me espanto diante de uma afirmativa destas, de vez que temos bancos no Estado do Paraná com suporte, que conseguiriam tomar este dinheiro emprestado, ou fazer aplicação este dinheiro emprestado, ou fazer aplicação deste dinheiro.

Como é um dinheiro internado, porque a remuneração normalmente é um pouco inferior, - com uma maior razão, não seria em hipótese nenhuma a perspectiva de uma maxidesvalorização que não permitiria isto. Em primeiro lugar porque ela não houve.

Em segundo lugar, se formos olhar a curva de crescimento do dólar e a curva do crescimento da ORTN, vamos chegar à conclusão que o dólar cresceu quase que paralelamente, até um pouco abaixo, que a ORTN. E, como consequência, não seria a operação em dólar a nível interno que iria onerar em demasia os bancos que tomassem

este dinheiro do Governo do Estado do Paraná.

Realmente continuo com a minha questão inicial, o porquê do Brasilinvest e não um banco paranaense. E o porquê do Brasilinvest pelas várias razões que já expus.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Vossa

Excelência sabe perfeitamente que a mercadoria do mercado financeiro é o dinheiro. O Banco do Estado, na oportunidade, dispunha desta mercadoria. Estava em suas prateleiras à disposição do mercado. Acontece que nenhuma empresa, nenhuma instituição bancária privada paranaense, ou empresa paranense, foi em busca deste dinheiro. Quem apareceu? o Grupo Brasilinvest, garantido por uma série de empresas que eu aqui relacionei.

Ora, é evidente que o Banco que estava com este dinheiro internado aplicou no Brasilinvest, e com todas as garantias. Portanto, se Vossa Excelência comparecesse neste Plenário e me dissesse: - O Grupo Bamerindus do Brasil solicitou cinco milhões de dólares em empréstimos e o Banco do Estado negou. Em detrimento o Bamerindus emprestou este dinheiro ao Brasilinvest, aí Vossa Excelência estaria realmente revestido de razão. Mas isto não aconteceu. A empresa que compareceu à Diretoria do Banco do Estado do Paraná solicitando este empréstimo, é o grupo Brasilinvest. E revestido de todas as garantias.

Portanto acho que a intenção de Vossa Excelência em querer envolver o Secretário de Finanças, em querer envolver a Administração do Banco, é descabível, não tem fundamentação. E eu lamento que isto parta de Vossa Excelência que sempre se conduziu de uma maneira ética, de uma maneira respeitável, que sempre foi um grande Deputado que eu admiro nesta Casa.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como se percebe de maneira coezinha, o caso do envolvimento comercial entre o BANESTADO e o Brasilinvest foi revestido da máxima garantia existente em curso no mercado, não existindo qualquer outro dispositivo legal ou normativo que pudessem ter sido utilizado, deixando, pois o BANESTADO fora de qualquer possibilidade de erro ou omissão.

Entretanto, não podemos deixar que se utilizem de um comportamento de mercado nem, muito menos, que interesses pessoais de quem quer que seja, possam vir a macular a administração de uma entidade financeira que representa o nosso Estado do Paraná no universo das finanças nacionais, entidade essa agora saneada, e trilhando um caminho de desponete entre as suas congêneres. Digo isso aos detratores que tentam se utilizar de um evento

ocasionado por uma nova política no setor financeiro, para tentar alcançar a figura do ex-Secretário das Finanças.

Que o façam de forma mais objetiva e direta. Que entrem com mais uma ação popular para tentarem provar as suas insinuações e afirmações pois, o Judiciário está aí mesmo para julgar as suas iniciativas.

Desse mesmo plenário ouvi, várias vezes os atuais opositores da Administração José Richa dizerem que a Justiça é soberana para julgar, se na administração do Senhor Ney Braga houveram ou não as acusações que lhe eram imputadas perante a CPI da Corrupção. Isso dito por vários Senhores Deputados do PDS, a CPI sob o comando do Nobre Deputado Rubens Bueno.

Só que das apurações da CPI, vários processos foram abertos e se encontram em andamento, e o Estado não procurou recorrer das decisões que julgaram algumas desprovidas de embasamento para o prosseguimento da ação penal.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os acusadores adentrem na Justiça. Já que se dizem tão preocupados com a situação vigente, pois ela, melhor do que ninguém poderá apurar os fatos.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Só que Vossa Excelência está com dois pesos e duas medidas. Sabemos nós que fizemos parte do Governo Ney Braga. Vossa Excelência quantas e quantas vezes não assumiu a tribuna para recriminar aquele Governo honesto, do ex-Governador Ney Braga. Porque, o Banco do Estado teria por obrigação Deputado Tadeu Lúcio, Vossa Excelência como Líder, de zelar pelo patrimônio do Estado do Paraná que não é dele. Não pertence ao Banco do Estado. Pertence a nós, os contribuintes, a Vossa Excelência e a todos os Deputados que estão ouvindo estarecidos, Vossa Excelência a defender uma falcatura.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Muito obrigado.

Mas, de uma coisa eu tenho certeza. Esta Liderança não irá levantar sua voz em defesa de ninguém que tenha sido formalmente apontado pela Justiça, mas irá cobrar implacavelmente as acusações não comprovadas e, para tal, não irá observar se estas acusações partiram ou não de seus próprios pares partidários.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, a falta de ética do nobre Líder que está ensaiando nos deixa estarecidos.

Ontem era uma coisa. É "camaleão" ou "gamaleão"?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço ao Presidente em exercício da Assembléia Legislativa a ligação de Machado ao meu nome. Até provavelmente deve Sua Excelência estar recordando do tempo que teve oportunidade de conviver com meu velho pai Cândido Machado nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Mas, aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para solicitar a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que passe a agir na atual administração como agiu a administração anterior, com relação ao envio de Mensagens Governamentais para as lideranças dos diversos partidos nesta Casa e explico porque, Senhor Presidente.

Estou sendo surpreendido hoje, com um pedido de regime de urgência de um projeto de alto interesse governamental, que envolve a compra de imóveis, por parte do Governo do Estado, para a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social.

Ora Senhor Presidente e Senhores Deputados, anteriormente as Mensagens Governamentais eram encaminhadas aos Gabinetes das Lideranças e conseqüentemente os Líderes poderiam tomar ciência das matérias em andamento nesta Casa.

Entretanto, uma matéria de alto interesse da Secretaria de Comunicação Social, do Senhor Luiz Alberto Dalcanalle, encontra-se nesta Casa e a Bancada Governista solicita regime de urgência, o que consta esta Mensagem? O que pede o Governador do Estado nesta Mensagem? A abertura de crédito extraordinário para que as Secretarias da Administração e a Secretaria de Comunicação Social possam comprar um imóvel.

Lamentavelmente, Sua Excelência o Governador José Richa não discrimina no ofício encaminhado a esta Casa, no dia 22 de março de 1985 e que se transformou rapidamente no Projeto de Lei n.º 22/85. Qual é o imóvel a ser comprado? Para que fim especificamente se destina? Porque a abertura de um crédito extraordinário no valor de quinhentos e um milhões de cruzeiros e depois um outro crédito extraordinário no valor de onze milhões de cruzeiros. Que casa é essa? Que prédio é esse? Senhor Presidente, Senhores Deputados que o Governo que veio para acabar com as mordomias com o desperdício está querendo comprar e a Bancada Governista nesta Casa está querendo aprovar o crédito extraordinário para que esta operação de compra de imóveis se faça

sem que os fiscais do povo tenham conhecimento se foi feita licitação pública para aquisição do imóvel, se realmente este imóvel é necessário para os trabalhos da Secretaria Extraordinária do Senhor Dalcanelle e nós gostaríamos de saber Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, quais são os proprietários do imóvel, que se traga a esta Casa inclusive uma certidão vintenária para que se esclareça perfeitamente os dados a respeito da aquisição dos imóveis da Secretaria Extraordinária de Comunicação Social e Administração.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, me parece que Vossa Excelência está cometendo um equívoco. A Mensagem encaminhada solicita, alterando o orçamento da Secretaria do Estado da Administração e Extraordinária de Assuntos de Comunicação Social no valor de 510 milhões e 11 milhões respectivamente.

O crédito ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Equívoco cometeu Vossa Excelência que não leu corretamente, é 501 milhões.

O Sr. Caíto Quintana - Tudo bem, eu acho que não altera o valor altera muito mais a conotação que Vossa Excelência está dando. A Secretaria de Assuntos Extraordinários para Assuntos de Comunicação Social não está comprando imóveis, nobre Deputado. Está aqui claro na Mensagem: é o sub-elemento para pagamento de salário-família no Orçamento da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social. Não havendo compra de imóveis. Eu espero que Vossa Excelência ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência concluiu o aparte?

O Sr. Caíto Quintana - Eu espero que Vossa Excelência ao se deter melhor...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concluiu o aparte de Vossa Excelência?

O Sr. Caíto Quintana - Se Vossa Excelência me permitir ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então conclua.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência tem o direito de estranhar ou não, mas, pelo menos que o faça dentro daquilo que a Mensagem diz. A Secretaria da Administração está com uma verba para compra de imóveis. A Secretaria Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social é pagamento de 13.^o salário. Só isto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pois bem. Já que há um equívoco na leitura por parte do Deputado Luís Carlos Caíto Quintana, eu vou ler a Mensagem Governamental: "Senhor Presidente. Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins constitucionais, anteprojeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial alterando o orçamento das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de 501 milhões e 11 milhões de cruzeiros, respectivamente. O Crédito Especial proposto, tem por finalidade a abertura do Elemento 4.2.1.0. - Aquisição de Imóveis no Orçamento da Secretaria de Estado da Administração e do sub-elemento 3.2.5.3. Salário família no Orçamento da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, e terá como cobertura, recursos provenientes de cancelamentos parciais de dotações dos próprios órgãos. Contando com a especial atenção desta Assembléia Legislativa, reitero os meus protestos de estima e consideração. José Richa, Governador do Estado".

E o anteprojeto, Senhor Presidente, que é a lei que vamos votar e está vazando nos seguintes termos: "Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento da Secretaria de Estado da Administração para abertura do elemento Despesa 4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis, e ao Orçamento da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social para abertura do sub-elemento 3.2.5.3. - salário família de 501 milhões de cruzeiros e 11 milhões de cruzeiros, respectivamente; Art.2.^o - Servirão como cobertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, recursos oriundos do que preconiza o item 3.^o do art.43 da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964".

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, traz o Deputado Caíto Quintana, mais um fato a apreciação desta Casa. O Governador José Richa mistura aquisição de imóveis com recursos de salário-família. Que família é essa, Senhor Presidente e Senhores Deputados?

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de ter a clareza de que Vossa Excelência entendeu, de que não está sendo comprado imóvel para a Secretaria Extraordinária de Assuntos de Comunicação Social, conforme Vossa Excelência estava dizendo no início de seu pronunciamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E para qual está sendo comprado?

O Sr. Caíto Quintana - Administração é, para sua orientação, nobre Deputado,

uma aquisição que o Governo já fez, da Rede Ferroviária que está pagando com ORTN o que é importante liquidar para que não haja invasão de recursos aos cofres do Governo Estadual em favor do Governo Federal, e quitar a dívida para que o Estado do Paraná não fique pagando ORTN ao Governo Federal pela aquisição...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Aquisição do quê, nobre Deputado? Da Rede Ferroviária Federal?

O Sr. Caíto Quintana - Exatamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E o Estado do Paraná já adquiriu esse imóvel.

O Sr. Caíto Quintana - Pelo que tenho conhecimento, sim.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É conhecimento officioso, ou oficial?

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado quem está na tribuna é Vossa Excelência, quando Vossa Excelência vem acusar o Governo do Estado numa matéria que está perfeitamente clara, Vossa Excelência deveria ter o cuidado de avaliar, de analisar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Equivoque-se Vossa Excelência se o Governo do Estado comprou o imóvel, já comprou o imóvel, já adquiriu o imóvel, e agora que essa Assembléia coonestou com esta atitude, a atitude, governamental é absolutamente equivocada, porque deveria o Senhor Governador do Estado, e Vossa Excelência consulte detalhadamente a assessoria de Vossa Excelência.

O Governo do Estado deveria, isto sim, se fosse um Governo transparente, um Governo democrático, um Governo que respeita a fiscalização por este Poder, deveria isto sim, antes de fazer a aquisição do imóvel mandar à esta Assembléia Legislativa o direito de saber, porque foi o povo que nos delegou essa atribuição, quais são os imóveis que o Governo do Estado está comprando, por que preço, de quais são os proprietários. É importante que se saiba, para que nós possamos votar.

Mas o que não é possível é admitir que esta Casa, depois da compra feita, depois do pagamento efetuado, seja chamada, simplesmente, a coonestar com ato administrativo que não teve licença deste Poder Legislativo;

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência concede um aparte, nobre Deputado. (Assentimento).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concedo aparte ao eminente Deputado Gabriel Manoel, solicitando a brevidade possível

para que o Deputado Ezequias Losso possa ocupar o restante do tempo da Liderança. O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Luiz

Alberto, serei breve. Só queríamos pedir uma observação ao Deputado Caíto Quintana, que o Paraná não é a casa de Maria Joana. Onde depois de feitas, Deputado Luiz Alberto as compras, as falcatruas, como o Deputado Tadeu Lúcio também defendeu o Banco do Estado, apósmente, tenha esta Assembléia só porque eles tem a maioria, a pedir Deputado Luiz Alberto, nosso Líder, para que nós sejamos "louva a Deus". É a voz do protestos, é a voz da verdade. O Deputado Caíto Quintana, com todo respeito que tenho por ele, está desinformado; porque não se compra um imóvel Deputado Luiz Alberto, do erário público, sem a aquiscência, sem aprovação deste Poder. Ou então, como dizíamos nós, seremos uma feira de homens sem alma.

Se tivermos os "louva a Deus", como o Deputado Tadeu Lúcio que aprovou a negociata do Brasilinvest, e o Deputado Caíto Quintana nosso amigo, que está desinformado, então é uma barbaridade.

Seríamos Deputado Luiz Alberto, para ser breve, uma casa que não tem honra, porque a honra nossa é defender o erário público. Qual a defesa que fez hoje o Líder que está ensaiando do erário público ao defender Erasmo Garanhão. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu termino, fazendo um apelo a esta Presidência, à Comissão Executiva e à Liderança do Governo, que nos seja dado conhecimento com a devida antecedência das Mensagens Governamentais em tramitação nesta Casa. E coloco, finalmente, como grande questão de indagação: Se a informação officiosa que o Deputado Caíto Quintana traz nesta tarde for verdadeira: - Por que cancelar dotações da Secretaria Extraordinária de Comunicação Social? E não fazê-la, Senhor Presidente, das Secretarias competentes como a Secretaria de Estado dos Transportes? A Secretaria da Administração, no caso, ou as outras Secretarias vinculadas? Aonde está o dinheiro do Governo? Na Secretaria da Administração? Na Secretaria da Fazenda? Aonde se paga a indenização neste Estado? É na Procuradoria Geral? Ou é na Secretaria Extraordinária de Comunicação Social?

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que lanço aqui a minha estranheza e o meu posicionamento. Se o Governo já comprou este imóvel? O Governo que responda com os recursos de dotação orçamentários próprios que tem, inclusive com o crédito extraordinário de 30%, que pode lançar mão, através de decreto, porque lamentavelmente a maioria governista não quis fiscalizar as contas e o Orçamento Estadual. Eu gostaria de

conceder o restante do horário ao Deputado Ezequias Losso, mas como ele abriu mão, concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, a própria Mensagem diz que essas dotações teriam como cobertura recursos provenientes de cancelamentos parciais de dotações dos próprios órgãos, Deputado. Serão exatamente dentro da dotação orçamentária do próprio órgão, remanejado em proveito ao Estado do Paraná, para comprar. Então, eu acredito que Vossa Excelência na verdade não tenha se detido, com o devido tempo, à Mensagem. Mas não por culpa de não passamento para a Liderança do PDS. Porque, no dia 22, a Liderança do PDS recebeu cópia dessa Mensagem. E se Vossa Excelência quiser conferir, é possível de provar isso, pela assinatura de funcionários da Liderança do PDS. Não está vindo Mensagem nenhuma aqui, sem a devida entrega anteriormente, para a Bancada do PDS poder avaliar, poder consultar, poder solicitar. Então, eu acho nobre Deputado, que nesta história toda, está havendo um lamentável equívoco. E como nossas duas bancadas, eu tenho certeza, buscam, dentro da possibilidade, esclarecer os fatos, não há interesse de Vossa Excelência em acusar, nem nosso de defender, fatos que possam ser lícitos ou ilícitos, eu tenho certeza absoluta, que o equívoco ficará plenamente justificado para todos nós.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência demonstra ter uma assessoria muito eficiente em Plenário. Porque Vossa Excelência conseguiu, em questão de um minuto, de três minutos, todas as informações que eu não consegui, apesar de ser líder. Vossa Excelência tem um serviço de assessoria tão eficiente, que consegue demonstrar que esta Mensagem, que saiu dia 22 de março do Palácio, que foi protocolada nesta Casa, no dia 22 de março; e hoje, no dia 26 já entra um pedido de Regime de Urgência... Veja o interesse governamental nesta matéria. Isto é, apenas do dia 23, 24, 25 e 26; não sei se aí não caiu um domingo, também, ou sábado, é até possível; Vossa Excelência talvez com a assessoria que tem, possa até explicar...

Ora, e Vossa Excelência sabe mais, Vossa Excelência sabe que foi encaminhado ao meu gabinete. Ao Gabinete da Liderança, e este Líder não teve conhecimento. Pasme, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares. O que está na verdade ocorrendo nesta Casa.

Agora, com relação a fato sério...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica que estão encerrados os 20 minutos dedicados à Bancada do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência, Senhor Presidente, deve conferir com o Relógio.

Porque eu estou vendo 19:55hs. Se Vossa Excelência não demorar muito; o horário da liderança é de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhores Deputados, este assunto deve ser esclarecido, e ao que eu saiba, este Governo não é tão confuso; este Governo não é tão incompetente que precise lançar mãos de verbas da Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, para comprar imóvel, quando tem as Secretarias competentes para fazer o pagamento das indenizações devidas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa consulta o Partido da Frente Liberal se fará uso dos 20 minutos restantes. (Declina).

A Mesa quer comunicar ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que recebeu desta Presidente, durante os poucos dias que assumiu a direção da Assembléia, mais de 50 Mensagens. A Mensagem 64/85, a Presidência recebeu no dia 22 de março, e no mesmo dia, a funcionária do Gabinete do PDS, Regina Simeão, acusou através da guia de trânsito de processo de papéis, o recebimento desta Mensagem.

A Mesa esclarece ainda que foi no mesmo dia, e continuará encaminhando, não só ao PDS, ao PMDB e à Frente Liberal, todas as Mensagens que aportarem à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n.º 02/71, abre prazo por três (03) dias consecutivos, à contar do dia 27 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n.º 52/85, proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Sobre a mesa, Mensagem n.º 63/85, do Senhor Governador do Estado, solicitando autorização para se afastar do País, pelo período de trinta dias, à partir de 6 de abril próximo, em viagem ao Japão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do

expediente, solicitando pedido de informações ao Senhor Governador do Estado, referente a viagem ao Japão, de quantas pessoas se compõe a comitiva que acompanhará o Senhor Governador naquela viagem, e quem arcará com as despesas de passagens e estadias, bem como de quais verbas orçamentárias serão realizadas as despesas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Ofício n.º 03/85 subscrito por diversos Senhores Deputados que compõe a Bancada do Partido da Frente Liberal, constante do expediente, indicando para Líder da Bancada o Senhor Deputado Gilberto Carvalho, e para Vice-Líder os Senhores Deputados Jorge Maia Filho e Ivan Gubert. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida.**

(Publique-se no Diário Oficial e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados).

Projeto de Lei de autoria do Senhor Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, devidamente apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 20/84, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria na estrutura do Poder Legislativo 06 (seis) Gabinetes destinados à Vice-Liderança, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade **Aprovado.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa informa que a discussão já está encerrada, mas dá a palavra a Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Numa Assembléia dirigida fascistamente por uma Mesa eleita nas caladas da madrugada, em uma Assembléia, onde a preocupação maior é com a gravata do

visitante que aqui vem; num Parlamento onde a preocupação é diminuir salários de funcionários; numa Assembléia onde a preocupação é cuidar da corrente da entrada ou da senhora do "cafezinho"; numa Assembléia que não tem se reunido nas suas Comissões Técnicas para realmente trabalhar como prometeu ao povo; numa Assembléia em que um Deputado tem que, diariamente, solicitar verificação de quorum, porque o costume e o hábito é o da ausência dos Deputados no Plenário deste Parlamento; num Parlamento em que até as Comissões Técnicas são adiadas para a sua formação por um simples requerimento, ou nesta mesma Assembléia onde Comissões Técnicas são constituídas e empossadas no Plenário deste Parlamento; num Parlamento onde muito Deputado recebe sem trabalhar, eu quero dizer que choca profundamente a minha sensibilidade e a minha alma. Este convívio em nada nos honra. Prometemos trabalhar, juramos cumprir a Constituição e nem sempre assim procedemos.

O SR. Gabriel Manoel- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Logo em seguida, Deputado.

O Deputado subscritor deste Projeto de Resolução, nada tem a ver com as minhas alegações anteriores, porque é um dos Deputados mais assíduos neste Parlamento e neste Plenário, mas aproveito a oportunidade de discutir este Projeto de Resolução, para dizer que esta Casa deixou de ser a Casa do Povo, para ser talvez, o "Clube do Society" que frequenta talvez, o

1.º Secretário deste Poder.

Quando eu vou às praças públicas ou às ruas,...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- (Faz soar os tímpanos)

A Mesa não vai admitir que Vossa Excelência se porte como um "Garoto Propaganda". Vossa Excelência se conduza dentro dos termos parlamentares ou será a sua palavra cassada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Vossa

Excelência tem experiência de cassação. Por conseguinte, não me constrangeria se também neste Parlamento a minha palavra fosse cassada. Não usei linguagem de baixo calão, apenas faço uma denúncia e respondo até juridicamente, se assim me quiserem cobrar.

Mas eu quero dizer a Vossas Excelências, Senhores Deputados, neste Parlamento, que quando eu vou à praça pública pedir um voto do cidadão ou da cidadã, eles não me pedem para pôr a gravata para entrar nas suas residências.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Logo em seguida.

O homem simples do campo ou da cidade, o trabalhador que nem muitas vezes tem condições de comprar o seu terno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deve informar a Vossa Excelência que por um equívoco concedeu a palavra a Vossa Excelência, para discussão do projeto, quando ele está na fase de votação.

Vossa Excelência deve se ater ao projeto e não fazer pronunciamento que não diz respeito ao projeto.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - O projeto teria funções de amplitude para vice-líderes. Função esta que nós estranhamos que exista, porque no nosso entender o que existe é a liderança e a liderança já foi aquinhoadada o ano passado com uma amplitude no seu quadro funcional.

Então, mesmo no advento de uma Nova República, os espíritos ditatoriais ainda pensam intimidar os homens livres. As lideranças foram aquinhoadas com uma amplitude nos seus gabinetes. Poderia argüir a inconstitucionalidade deste Projeto de Resolução, porque a Constituição Estadual no seu artigo 22, inciso 14, diz textualmente:

"Compete exclusivamente à Assembléia Legislativa, propor Projetos de Lei que criem ou extingam cargos dos seus serviços, e fique sem os respectivos vencimentos".

Projeto de Lei é o que diz a Lei, este é um Projeto de Resolução. Todavia, não quero argüir a inconstitucionalidade do Projeto, mas talvez a inoportunidade do projeto, até porque juridicamente poderíamos dizer, deveria ter sido devolvido para que voltasse em termos. Como está, realmente, e tenho a certeza que o Deputado Tércio Albuquerque sabe e reconhece, que ele está legislativamente incorreto. Devido o quadro partidário que hoje existe na Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas o que me faz votar contra, exatamente as alegações primeiras, quando dizia que, nem todo o Deputado na realidade, se elegeu para realmente cumprir o que prometeu.

Eu vejo a Liderança do meu Partido sem liderar, vejo os Vice-Líderes também sem funcionar, votar para deixar nas mãos de uma Vice-Liderança que por dois anos não funcionou. Falo do meu Partido!

Para mim, é premiar a inércia. Por isto, não concordo com a aprovação deste Projeto de Resolução. Eu sei que o aspecto constitucional é polêmico, muitos poderão argüir a constitucionalidade do Projeto,

mas a Constituição do Estado é clara quando diz: "Projeto de Lei", não, Projeto de Resolução.

Todavia, não me leva nenhuma animosidade com relação à aprovação deste Projeto. O que me leva na realidade, é sentir talvez o respaldo de um Poder acostumado a não ser Poder, porque me entristece profundamente é na realidade sentir - e mesmo o povo tendo inovado este Parlamento, quando elegeu vinte e seis novos Deputados que nunca haviam detido mandato estadual no meu Partido, e constatamos, ontem como funcionário deste Poder na chefia do gabinete de Alencar Furtado e na chefia do gabinete posteriormente, de Maurício Fruet, quando os tempos eram mais difíceis e as coisas eram mais conturbadas, o MDB crescia no esforço e na seriedade... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa comunica a Vossa Excelência que estão encerrados os 10 minutos para encaminhamento da votação.

O SR. GABRIEL MANOEL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel e em seguida darei a palavra a Vossa Excelência, Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Osvaldo Alencar feriu em sua sensibilidade um Poder ao chamar que os Deputados não trabalham. Se não trabalhássemos, não estaríamos aqui hoje, sentados numa cadeira defendendo o povo de nossa terra.

Com toda a estima que tenho pelo Deputado Osvaldo Alencar, fiquei hoje decepcionado. E o requerimento do companheiro Tércio Albuquerque que tem o amparo legal, que tem, Deputado Osvaldo Alencar, o amparo dos homens que querem trabalhar. Esta Assembléia trabalha, Deputado. Nós trabalhamos.

Nós damos a juventude para quê? Para que Poder Legislativo não claudicasse, e pediria a Vossa Excelência que pensasse no seu pronunciamento, porque este requerimento do Deputado Tércio Albuquerque está amparado nos homens que querem trabalhar pelo Paraná e pela sua gente. Vossa Excelência, não sei porque, esta ligeiramente "trocando as bolas".

Qual é o Deputado que vem para uma

Assembléia do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul que não trabalhou por sua terra e por sua gente? Quando Vossa Excelência fala no Deputado que não trabalha, Vossa Excelência fere a sensibilidade do povo que depositou o voto na urna, como depositou em Vossa Excelência.

Eu queria pedir vênica a Vossa Excelência, neste momento, Senhor Presidente, que deixasse as quesilhas pessoais e se unisse à sua bancada para trabalharmos pelo Paraná e pela sua gente. Vossa Excelência terá a esta Casa como funcionário, como chefe de gabinete do meu particular amigo Alencar Furtado, deveria ter um pouco de sensibilidade e deixar esta euforia da juventude para vir somar aos bons, porque nós, os Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, cada um tem o seu defeito, mas queremos unicamente o bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

Vossa Excelência feriu a sensibilidade de todos os Deputados dizem que tem Deputado que não trabalha. Se não trabalhássemos como seriam os Deputados desta augusta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita ao nobre orador que se atenha ao encaminhamento da votação da matéria que está em debate.

O SR. GABRIEL MANOEL - Estou me atendo à matéria. Apenas para discorrer sobre o problema que este projeto tem o amparo legal. E como o orador que me antecedeu disse que os Deputados não têm força moral, então acho que Vossa Excelência deveria apenas fazer uma ligação entre o meu pronunciamento, para dizer que esta proposição do Deputado Tércio Albuquerque é amparada nos homens que querem trabalhar. E quando se fala nos homens que trabalham, pediria à minha bancada que votassem favoravelmente ao projeto ora em tela; porque embora desvirtuando, Deputado, saindo um pouco pela tangente, pedimos a aprovação.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar) -

Nobre Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Senhor Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, há de permitir que façamos algumas observações antes de entrarmos na matéria proriamente dita. Isto porque, o Deputado que usou esta mesma tribuna, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, agrediu a pontapés os 57 Deputados desta Casa de Leis.

Vim para esta sessão não pretendendo fazer uso da palavra. Mas não admiti, não vou admitir jamais e, o dia que tiver que admitir renuncio ao meu mandato, de permitir que alguém desta Casa principalmente, venha a ofender e agredir

os ilustres integrantes desta Casa de Leis. Se o Deputado aqui está, quer seja ele eleito em primeiro lugar ou na última colocação, ele aqui está pela vontade soberana do povo do Estado do Paraná e não cabe a ninguém contestar a decisão do povo do Estado do Paraná, numa eleição livre, numa eleição direta, coisa que tanto almejávamos e que finalmente aconteceu em vários Estados da Federação.

Quero dizer ao ilustre Deputado que a Mesa, a atual, não foi eleita durante a madrugada. A Mesa da Assembléia foi eleita pela vontade da maioria dos integrantes da Bancada do PMDB e recebeu o apoio sério, honesto, da Bancada do PDS que, se quisesse, teria virado a Mesa do dia da eleição. Mas os ilustres Deputados desta bancada honraram a palavra assumida em reuniões que aconteceram poucas horas antes de nos reunirmos aqui. A minha solidariedade a ilustríssima Mesa Executiva desta Casa de Leis, ao Presidente Nilso Sguarezi, ao Vice-Presidente Antônio Annibelli, ao 1º Secretário Anibal Khury, que está presidindo os trabalhos desta sessão, ao Deputado Fiori Luiz, ao Deputado Nelson Buffara, ao Deputado Quielse Crisóstomo, ao Deputado Ezequias Losso.

Claro que ficaria melhor um outro Deputado, que não integrante da Mesa, viesse trazer solidariedade a estes companheiros, porque são elementos sérios, honestos e merecem, - e continuam a merecer, o aplauso da população do Estado do Paraná, pela maneira séria e honrada com que têm conduzido a direção desta Casa de Leis.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobre Deputado Alencar Furtado, sentir vergonha de uma Casa de Leis como esta, que tem a honrá-la um Deputado como Luiz Alberto Oliveira, Líder da Bancada do PDS, combativo, inteligente, estudioso das coisas do Legislativo, sentir vergonha de uma Assembléia que tem no seu seio o Deputado Anibal Khury, talvez, o decano dos Parlamentares do Estado do Paraná; um Aírton Cordeiro, da ilustre Bancada do PDS e de todos os integrantes da bancada do PDS e da Bancada do PMDB. Tenho orgulho em ter vindo a esta Assembléia e ter tido o prazer de me encontrar com homens sérios e mulheres sérias e honestas que vieram a esta Casa pela vontade soberana do povo do Paraná. Quer sejam eles integrantes da Bancada do PMDB, da Bancada do PDS ou da bancada da Frente Liberal, todos eles indistintamente merecem a nossa solidariedade e o nosso apoio.

E aos 56 outros Deputados desta Casa rendo também meu preito de amizade, de solidariedade e de orgulho por tê-los tido conhecido. E se eu não voltar para esta Casa, dentro de dois anos, direi aos quatro cantos do Paraná, direi para todo o

Brasil, se preciso for, Deputado Alencar Furtado, que foi uma honra, foi um orgulho ter vindo a esta Casa e ter convivido com estes homens sérios que aqui militam.

Sobre o projeto propriamente dito Excelência, o Deputado não é obrigado a votar em projeto algum. Não tem obrigação alguma de apoiar projeto de lei, ou mensagem, nada que possa surgir nesta Casa. É um direito sagrado e morreremos, se preciso for, defendendo o direito de qualquer Deputado votar contrariamente a qualquer matéria desta Casa. É um direito que lhes assiste.

A matéria que ora estamos discutindo procura melhorar ainda mais o funcionamento desta Casa.

Falou o Deputado que ocupou esta tribuna, que as Vice-lideranças nunca funcionaram. Talvez, nunca tenham funcionado mesmo. Talvez, nisso ele tenha razão. Mas, se não funciona ou não funcionou por falta de assessoria.

O que nós precisamos combater é o "trem da alegria" como se faz no Congresso Nacional. Precisamos combater se não quiséssemos entupir esta Casa de funcionários fantasmas. Isto sim, nós deveríamos fazer.

Mas, uma assessoria séria para trabalhar, para ajudar o Deputado, nós precisamos defender.

Daí o direito que teve o Deputado Tércio Albuquerque, que tem mais experiência do que nós, está aqui há mais tempo do que nós, conhece muito mais esta Casa, o direito de trazer à apreciação dos Senhores Deputados esta matéria.

Se a matéria é válida ou não, cabe a cada um dos Senhores Deputados determinar através de sua votação; através até de suas palavras nesta tribuna condenando a matéria do ilustre Deputado.

Mas, isto até o ponto de se ofender a honra e a moral de qualquer integrante desta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, isto sim é sujeira, isto sim é sub-mundo; isto sim é rasteiro, sujo e nojento. E eu lamento profundamente que tenha ocorrido um fato desta natureza na sessão de hoje.

Portanto, aos 56 outros brilhantes Deputados desta Casa, às duas Senhoras Deputadas desta Casa, a solidariedade deste modesto Deputado; ao encerrar apenas confirmo aquilo que eu sinto a honra que tive em conhecê-los, aquilo que aprendi aqui, só aprendi coisa boa, só lidei com gente séria e gente honesta.

E deixo então um abraço a todos os Deputados que lamentavelmente foram chutados pelo Deputado Alencar Furtado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra para encaminhar ao Senhor

Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lideranças dos PDS, da Frente Liberal e do PMDB.

Nos estarece, nesta tarde, quando aqui os Senhores Deputados preocupados em votar um parecer de um projeto trazem benefícios às futuras vice-lideranças dos partidos. Vendo o mal entendido peço neste instante, pela primeira vez, desde que sou Deputado pelo meu Estado do Paraná, e me orgulho muito disso por estar convivendo com grandes Deputados, defensores das grandes causas do nosso Estado.

Sentimos estarecidos, quando um nosso colega de bancada, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que deveria ter também a soma do seu trabalho um pouco de respaldo do Grande Deputado Federal Doutor José de Alencar Furtado, o grande exemplo do Paraná e da Nação Brasileira.

Nos estarece, quando certas acusações levianas partem a ofender a Assembléia Legislativa do Estado; a ofender a Mesa recentemente eleita pelas Bancadas do PMDB, do PDS e da Frente Liberal, que tem pelo seu Presidente o Senhor Deputado Nilso Squarezzi, o maior respeito, pela maneira como conduziu seus dois anos como Líder da Bancada do nosso Partido; a Vossa Excelência Deputado Anibal Khury, o nosso respeito pela grande experiência que Vossa Excelência tem, pelas épocas passadas do sacrifício, da injustiça cometida com Vossa Excelência, mas que hoje, através da sua qualidade, através da justiça divina, Vossa Excelência volta de cabeça erguida a ser o 1.^o Secretário da Assembléia Legislativa, para mostrar ao povo do Paraná, que Vossa Excelência possui acima de tudo uma grande integridade.

Aos demais componentes da Mesa, o nosso respeito, a nossa gratidão pela maneira em que somos atendidos neste Parlamento; aos funcionários da Assembléia Legislativa, o nosso respeito, mas jamais permitiria deixar de dizer a Vossa Excelência, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que Vossa Excelência predomina pelo radicalismo, procurando em todos os setores discordar com tudo. Vossa Excelência disse a pouco à imprensa, quando tive a oportunidade de ouvir, que os Deputados ganham somas vultuosas, que até chega a ser mordomia. Talvez para Vossa Excelência, Senhor Deputado, que não dá uma passagem de ônibus para uma pessoa que vem do interior, que não procura dar a essa pessoa, um alojamento na Capital do Estado. Quero dizer a Vossa Excelência, que quem faz o julgamento da minha atuação parlamentar, é o povo que me levou às urnas em 1.982, e se esse povo acreditou em mim, cabe a mim o respaldo e a confiança de atender aqueles que

acreditaram em mim e jamais permitirei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que um Deputado faça um julgamento do meu trabalho e que controle de todas as formas as minhas lutas em prol da minha comunidade.

Tenho no meu gabinete, Senhores Deputados, e que aqui muitos Deputados os têm, comprovantes das despesas que nós temos; das viagens que fazem para o interior e outras despesas que os Senhores têm conhecimento.

Mordomia talvez para o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, porque ele só fica em Curitiba e poucas vezes está no seu gabinete para atender àqueles que confiaram nele em 1.982.

É isso, Senhor Presidente. Parabenizo Vossa Excelência, Deputado Tércio Albuquerque, que nesta atitude em que tomou, de criarmos na vice-liderança, mais assessorias para os vice-líderes, porque só com isso nós haveremos de ter uma somatória de trabalho mais forte, do que todas as bancadas do PDS e da Frente Liberal e a bancada do partido a que pertença.

Eu peço desculpas a todos os Senhores Deputados que foram ofendidos e agredidos, talvez por momentos impensados do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, porque nós conhecemos todos os Senhores Deputados, sabemos a preocupação dos Senhores Deputados e da Mesa da Assembléia Legislativa, que é a busca de soluções para o grande Paraná do amanhã.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário à aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece aos Senhores Deputados Gabriel Manoel, Ferrari Júnior e Dirceu Manfrinato, pelas palavras e pelas expressões de solidariedade. E quer dizer ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, aquilo que Voltaire disse há muito tempo: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o direito de dizê-la".

3.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 211/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER", com sede no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 237/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "CENTRO PRESBITERIANO DO BEM-ESTAR DO MENOR-CREPESBEM", com sede e foro em Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 177/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Casaldáliga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em regime de urgência) Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 251/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JACAREZINHO", com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 256/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIBEIRÃO CLARO", com sede e foro no Município de Ribeirão Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 256/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/10/84.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos declarar de utilidade pública foi constituída com o intento de proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas judiciárias.

Entre as normas e deveres do Sindicato encontra-se a de manter serviços de assistência social para todos os seus associados, fundar e manter escolas de alfabetização.

A documentação anexa ao presente, preenche os requisitos exigidos pela lei reguladora da matéria.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N.º 256/84

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado HERMAS BRANDÃO, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIBEIRÃO CLARO", com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23/10/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ANIBAL KHURY - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Bellinetti, ocorrido no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nivando Antônio Simionado, ocorrido no Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anacleto Luiz Brunetta, ocorrido no Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designada a data de 7 de maio, no período vespertino, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao Comendador Gianfranco Bertoni. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 20/85, que define as divisas do Distrito Administrativo de Floriano, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 265/85, de sua autoria, que declara de utilidade pública,

o Lar Bom Caminho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 22/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 64/85, que visa alterar, por meio de abertura de crédito especial os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para assuntos da Comunicação Social. Em votação. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Os Deputados da Bancada do PDS votaram contrariamente ao pedido de urgência. Creio que, em consequência, este pedido foi rejeitado. não aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa, para esclarecer a dúvida, vai submeter a verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere, e solicita à Senhora 1.ª

Secretária que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

32 Senhores Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para votação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

20 Senhores Deputados aprovam.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, tendo em vista esclarecimento com relação a que imóvel se trata, prestado pela assessoria da Liderança do PMDB e que assumiram, espontaneamente, compromisso de trazer os dados oficiais com relação à aquisição do imóvel a que se destinam os recursos especificados na Mensagem do Senhor Governador, eu retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está aprovado o requerimento. Segue-se a sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Previdência e Assistência Social e Líderes dos Partidos Políticos na Câmara e no Senado, visando um posicionamento que não leve à aprovação o aumento da alíquota do FUNRURAL de 2,5% para 3,5%. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano para a localidade de Geremia Lunardeli, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de pelo menos vinte casas populares pelo Projeto Mutirão, no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de materiais permanentes para a Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de 1.º grau, no Município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil pela posse de sua nova Diretoria, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo reformas gerais na Delegacia de Polícia, no Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo de acesso ao Município de Jussara, através da PR-323. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, com apoio do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo urgência na regulamentação da Lei do Estatuto da Microempresa do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informação ao Banco do Estado do

Paraná, sobre a aplicação feita pelo mesmo no Brasilinvest, cuja liquidação extrajudicial foi determinada pelo Banco Central. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Dalton Lima Santos, pela sua eleição como Presidente da Cooperativa de Ivaiporã - COPIVA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo providências no sentido de que seja procedida a perfuração de micro poços no Distrito de Bela Vista e nas localidades de Coxilha Bonita e Vista Gaúcha, no Município de Pérola D'Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido da realização de melhorias nas rodovias PR-218, trecho entre Santa Izabel do Ivaí e Paranavaí e PR-376, trechos entre Paranavaí - Maringá, Maringá - Apucarana e Apucarana - Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo a instalação de sistema de abastecimento de água no Bairro Porto Belo, no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação da agência do mesmo, no Município de Tuneiras do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo surgimento do "Jornal da Juventude", órgão de divulgação do Setor Jovem do PMDB paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem

aplicados na construção de sede própria para a CIRETRAN no Município de Sertãozinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Micro-Regional da Família Forense, pela eleição de sua Diretoria, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguldo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo a instalação no Município de Londrina, de um porto seco, e dada autorização à CACEX para a emissão de Guia de Exportação do Café. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo autorização para a realização de plebiscito na área descrita do Município de Guaraniáçu, conforme a Resolução n.º 09/82. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo maior atenção e apoio no combate a poluição ambiental existente na região que compreende o Município de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Taquarimbé, no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de um campo de futebol para a localidade de Paranaguáçu, no Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de 35

carteiras para a Escola Santos Dumont Ensino de 1.º grau, no Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de um veículo para prestar atendimento junto à CIRETRAN no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um posto bancário do BANESTADO, no Município de Marumbi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação do curso de 2.º grau na Escola Rui Barbosa, localizada no Distrito de Iguatemi, Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial interpartidária, destinada a promover estudos sobre a reforma administrativa do Tribunal de Contas do Estado, e a viabilidade e oportunidade da criação de um Conselho de Contas Municipais. Em discussão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo informações referentes às obras contratadas pela mesma no período de 1984 e 1985. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine à CAFE DO PARANÁ, a instalação de um posto

do mesmo no Município de Colorado.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os}
177/84, 251/84.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o
256/85

e do Projeto de Resolução n.^o 20/84

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o
262/84

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.^{os}
218/84, 221/84

Levanta-se a sessão.